



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

JULIANA ÂNGELO RIBEIRO

**AVALIAÇÃO FORMATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Desafios e contribuições na sua efetivação**

Brasília/DF

2017

JULIANA ÂNGELO RIBEIRO

**AVALIAÇÃO FORMATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Desafios e contribuições na sua efetivação**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dr.^a Ireuda da Costa Mourão.

Brasília/ DF

2017

Juliana Ângelo Ribeiro

Monografia submetida como requisito para obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação - FE, da Universidade de Brasília, em 05/12/2017, apresentada e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof.^a Dra. Ireuda da Costa Mourão, UnB/FE
Orientadora

Prof.^a Dra. Maria Emilia Gonzaga de Souza, UnB/FE
Membro Convidado

Prof.^a Dra. Maria Fernanda Farah Cavaton, UnB/FE
Membro Convidado

Maira Vieira A. Franco, SE/DF
Membro Suplente

A Deus e aos meus pais, Maria e Raimundo.

AGRADECIMENTOS

A minha base forte que é Deus, por me conceder o dom de viver e todas as bênçãos em minha vida. A Maria, minha mãe e intercessora, por sempre ouvir minhas preces. A minha família, principalmente meus pais, Maria Celma e Raimundo, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos dessa conquista. A minha irmã e amiga Fernanda, pelo carinho e apoio. A minha orientadora, Professora Doutora Ireuda da Costa Mourão, uma mulher exemplar que com dedicação e paciência sempre esteve a disposição durante a realização desse trabalho. Ao meu namorado, Víctor, um homem incrível que sempre me apoiou com muita paciência e amor em todos os momentos. A todas as minhas amigas, especialmente Martha, Palloma e Ana Luiza que dividem comigo as inquietações e felicidade da vida. A Michele, uma pessoa que é mais que amiga, uma irmã, que Deus colocou em meu caminho e juntas compartilhamos as alegrias e vitórias. Ao meu amigo e irmão de fé Gustavo, que sempre esteve e está ao meu lado com sua amizade sincera, mostrando o quanto é importante lutar e não desanimar.

A todos os meus sinceros e eternos agradecimentos.

Avalia-se para conhecer e acompanhar os alunos com a finalidade de lhes oportunizar o desenvolvimento pleno.

Jussara Hoffmann (2015, p. 145)

RESUMO

Este é um Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília que tem como objetivo geral compreender como a avaliação formativa tem contribuído para os processos de aprendizagem de crianças de uma turma da Educação Infantil no Distrito Federal. Nessa perspectiva, foi necessário atender aos seguintes objetivos específicos: discutir as bases teóricas da avaliação na Educação Infantil; conhecer características da avaliação na Educação Infantil em documentos curriculares do Distrito Federal; conhecer o tratamento dado à avaliação em uma escola de Jardim de Infância e analisar a prática avaliativa de uma professora em uma escola do Jardim de Infância. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como Pesquisa Participante. Para coleta de dados foram usadas como técnicas a observação, questionário e entrevista. O diário de campo foi usado como instrumento para registrar as práticas avaliativas em sala de aula. O local da pesquisa foi um Jardim de Infância, que atende crianças de Pré-escola. Os sujeitos da pesquisa foram quatro professoras e seus alunos, três lecionam no primeiro período da Educação Infantil e uma no segundo período. Para a fundamentação teórica foram utilizadas concepções de alguns teóricos, dentre eles: Gatti (2002, 2014), Hoffmann (2001, 2005, 2010, 2015), Luckesi (2002, 2005, 2014), Vasconcelos (1998, 2008) e Villas Boas (2006, 2008, 2013, 2015). O resultado da investigação demonstra que as professoras, apesar de não mencionar o conceito de avaliação formativa, utilizam essa prática avaliativa em sala de aula. Além dessa avaliação formativa elas utilizam a avaliação diagnóstica. Um desafio na efetivação da avaliação formativa na Educação Infantil está em: considerar as atividades não formais (falas, ações, imposições, gestos, etc), assim como a quantidade de crianças por turmas. Como contribuição está à elaboração de um relatório qualitativo, que abrange as especificidades e necessidades das crianças, desvendando os caminhos de suas aprendizagens, mas também as dificuldades, o que contribui para a elaboração de um planejamento mais adequado a aprendizagem das crianças. Desta forma, serve como elemento de reflexão da prática.

Palavras-chave: Avaliação Formativa. Educação Infantil. Aprendizagem.

ABSTRACT

Conclusion work of the Pedagogy course of the University of Brasilia, whose general objective is to understand how the formative evaluation has contributed to the learning processes of children of a class of Early Childhood Education in the Federal District. From this perspective, it was necessary to meet the following specific objectives: to discuss the theoretical bases of evaluation in Early Childhood Education; to know characteristics of evaluation in Child Education in curricular documents of the Federal District; to know the treatment given to the evaluation in a kindergarten school and to analyze the evaluative practice of a teacher in a kindergarten school. The research has a qualitative approach and is characterized as Participatory Research. Data were collected as observation, questionnaire and interview techniques. The field diary was used as an instrument to record the evaluative practices in the classroom. The research site was a kindergarten, which serves pre-school children. The subjects of the research were four teachers and their students, three taught in the first period of Early Childhood Education and one in the second period. For the theoretical foundation, some conceptions of theorists were used: Gatti (2002, 2014), Hoffmann (2001, 2005, 2010, 2015), Luckesi (2002, 2005, 2014), Vasconcelos (1998, 2008) and Villas Boas (2006, 2008, 2013, 2015). The result of the research demonstrates that teachers, although not mentioning the concept of formative evaluation, use this evaluative practice in the classroom. In addition to this formative evaluation they use the diagnostic evaluation. A challenge in the effectiveness of formative assessment in Early Childhood Education is to: consider non-formal activities (speeches, actions, impositions, gestures, etc.) as well as the number of children per class. As a contribution is the preparation of a qualitative report, which covers the specifics and needs of children, revealing the paths of their learning, but also the difficulties, which contributes to the development of a more appropriate planning of children's learning. In this way, it serves as an element of reflection of the practice.

Keywords: Formative Evaluation. Child education. Learning

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DF- Distrito Federal

DCNEIs - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil

EAAA - Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem

IAPB - Instituto de Aposentadoria dos Bancários

IES - Instituições de Educação Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Sala de aula	40
Figura 2 Sala de aula	40
Figura 3 Sala dos professores	41
Figura 4 Pátio da escola	41
Figura 5 Números	52
Figura 6 Associação das letras e números	53
Figura 7 Representação da professora	52
Figura 8 Representação dos alunos	52
Figura 9 Identificação das letras	53
Figura 10 Escrita das letras e números	53
Figura 11 Identificação dos números	54
Figura 12 Reconhecimento das quantidades e associação	54
Figura 13 Identificação das cores	54
Figura 14 Separação dos tamanhos	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PARTE I – MEMORIAL FORMATIVO	14
Um caminho de conquistas e transformações	
PARTE II - Estudo Empírico	18
CAPITULO 01	18
1. Fundamentos teóricos: A Avaliação na Educação Infantil	18
1.1 A Avaliação Escolar no Brasil	18
1.2 A avaliação e suas concepções	24
1.3 A avaliação e a especificidade da Educação Infantil	30
CAPTÍTULO 02	36
2. Abordagem e tipo de pesquisa	36
2.1. Caminho percorrido da pesquisa	36
2.2. Técnicas da pesquisa: observação e entrevista	37
2.3. A escola e os sujeitos da pesquisa	39
CAPÍTULO 03	43
3. Análise e discussão dos dados.....	43
3.1. Concepções das professoras sobre o ato de avaliar na Educação Infantil	43
3.2. A avaliação utilizada no Jardim de Infância: Instrumentos, estratégias e critérios.....	44
3.3. A utilização dos resultados da Avaliação Formativa	48
3.4. As dificuldades em avaliar na Educação Infantil.....	49
3.5. A prática pedagógica: O que diz?	51
3.6. A análise dos relatórios descritivos.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
PESPECTIVAS FUTURAS	61
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

O ato de avaliar sempre esteve na sociedade, desde as civilizações antigas, tendo forte influência sobre as formas de avaliar das primeiras instituições escolares brasileiras. Uma avaliação de julgamentos inapropriada, que de certo modo ainda acontece nas escolas com base em notas e quantificações. Algumas mudanças ocorreram aos poucos, mas foram bastante significativas para a educação, como nos fala Luckesi (2005, p. 33), “a avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-la”.

A avaliação no Brasil de certa forma está voltada para a organização do sistema educacional, principalmente por meio das avaliações externas. Tem sido vista como um instrumento de medida, que resume a aprendizagem em notas. Dessa forma, a avaliação toma característica de quantificar a aprendizagem. “Notas e conceitos são superficiais e genéricos em relação à qualidade das tarefas e manifestações dos alunos”. (HOFFMANN, 2008, p. 49). Desta forma, a avaliação pode ter um caráter reflexivo para compreender os caminhos da aprendizagem, adequando as precisões dos alunos em qualquer momento do processo de ensino.

Na Educação Infantil tem-se a impressão de que não se avalia as crianças. Essa concepção equivocada entre avaliar e examinar se dá até mesmo pela sua trajetória histórica, pois no início de sua institucionalização, era tida como um espaço apenas para cuidados e atendimento das necessidades básicas das crianças enquanto suas mães trabalhavam. Outra impressão equivocada de algumas pessoas é que as crianças, além de serem cuidadas, passam todo o tempo brincando na escola, como se quando brincam não aprendessem. Outro fator que contribui para a compreensão que não se avalia na Educação Infantil é o fato da legislação não exigir uma avaliação classificatória neste nível de ensino. Neste sentido, como as crianças não reprovam, pensa-se que não há necessidade de avaliação.

Todo esse contexto, além das discussões nas disciplinas e atividades do curso de Pedagogia, promoveram uma reflexão a cerca da Avaliação Formativa na Educação Infantil. Nessa perspectiva, apareceram questionamentos sobre os desafios e contribuições do avaliar formativo das crianças.

Para Villas Boas (2001, p. 159), “a avaliação que valorize o aluno e sua aprendizagem e o torne parceiro de todo processo conduz a inclusão, e não á exclusão. Esse é o papel da

avaliação formativa”. A avaliação formativa na Educação Infantil é mediadora de todo o trabalho docente, conduz os fazeres pedagógicos possibilitando a intervenção quando necessário. Não classifica o aluno, mas promove sua aprendizagem e de todos envolvidos no processo avaliativo, inclusive o professor, deixando de lado a seletividade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), traz para a Educação Infantil uma avaliação mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento, sem a promoção dos alunos. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), a avaliação formativa ocorre durante todo processo educacional diagnosticando as potencialidades dos alunos e verificando os problemas de aprendizagem e do ensino.

A avaliação formativa é muito importante para a aprendizagem, mas a avaliação diagnóstica não pode ser desconsiderada. No processo avaliativo é relevante que ambas estejam inteiramente relacionadas. É por meio da avaliação formativa que são diagnosticados problemas na aprendizagem e posteriormente soluções. Ela reorganiza todo trabalho pedagógico e o aluno é o centro da aprendizagem. Já a avaliação classificatória, é excludente, não significa exatamente um atraso.

Na Educação Infantil, a avaliação não seleciona, compara, reprova ou aprova, mas compreende e questiona constantemente sobre a aprendizagem dos alunos. A partir da necessidade em pesquisar a avaliação formativa na Educação Infantil foram levantadas as seguintes indagações: Quais as bases teóricas da avaliação na Educação Infantil? O que dizem os documentos oficiais que normatizam a avaliação na Educação Infantil do Distrito Federal? Qual o tratamento dado à avaliação em uma escola de jardim da infância do Distrito Federal? Como acontece a prática avaliativa em uma turma de Educação Infantil e de que forma os registros sistemáticos podem contribuir para a efetivação da avaliação formativa em uma turma de Educação Infantil? Estas são questões norteadoras da questão principal da pesquisa, que é: Quais os desafios e contribuições da efetivação da avaliação formativa nos processos de aprendizagem de crianças de uma turma da Educação Infantil do Distrito Federal?

Esse trabalho tem por objetivo geral: Compreender como a avaliação formativa tem contribuído para os processos de aprendizagem de crianças de uma turma da Educação Infantil no Distrito Federal. Para responder as questões norteadoras e alcançar o objetivo geral é necessário atender aos seguintes objetivos específicos: discutir as bases teóricas da avaliação na Educação Infantil; Conhecer características da avaliação na Educação Infantil em documentos curriculares do Distrito Federal; conhecer o tratamento dado a avaliação em uma

escola de Jardim de Infância e analisar a prática avaliativa de uma professora em uma escola do Jardim de Infância.

Para alcançar os objetivos, foram utilizadas algumas etapas metodológicas. Inicialmente foi realizada uma revisão literária, análise de pesquisas publicadas para melhor compreensão da temática e leituras de documentos que normatizam a avaliação na Educação Infantil. Para compreender os desafios e contribuições da avaliação formativa, foi realizada a observação participante em uma sala de aula do primeiro período do jardim de infância. O caderno de campo foi utilizado, a fim de alcançar melhores percepções, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com duas professoras e questionário com mais duas educadoras.

Esse trabalho foi organizado em duas partes, encontra-se primeiro o memorial formativo e em seguida o estudo empírico. A segunda parte está organizada em três capítulos: O primeiro capítulo traz considerações em relação às concepções do avaliar e ao percurso histórico da avaliação brasileira, relembrando a normatização da avaliação em documentos oficiais do Brasil e Distrito Federal. Ainda contempla concepções sobre a educação infantil, a criança, o aprender e o avaliar.

O segundo capítulo apresenta a metodologia da pesquisa, os percursos metodológicos para a concretização da pesquisa, as técnicas e instrumentos usados, assim como a apresentação do local e sujeitos da pesquisa. O terceiro capítulo contempla a análise dos dados e os resultados, diante das falas das professoras nas entrevistas e questionários, da observação realizada em sala, assim como os relatórios descritivos dos alunos da sala observada.

PARTE I – MEMORIAL FORMATIVO

Um caminho de conquistas e transformações

Meu nome é Juliana Ângelo Ribeiro, nasci no dia 05 de agosto de 1990 às 06h15min na região administrativa do Gama Distrito Federal. Sou filha de mãe e pai paraibanos que vieram para Brasília em busca de uma vida melhor. Meu pai Raimundo me ensinou desde pequena a preservar a moral, ser uma pessoa digna e responsável. Minha mãe dona Maria Celma é uma mãe exemplar, tem o melhor cuidado materno que existe, “o amor”. Tenho uma irmã mais nova chamada Fernanda, uma amiga em todas as horas. Venho de uma família grande com dezesseis tios, oito tias e muitos primos que quando se encontram fazem a festa.

Devido uma doença crônica (lúpus) aprendi desde cedo a ter responsabilidade, suportar reações de remédios e lutar contra o preconceito. Poderia não colocar aqui esse relato, que nem sempre foi de alegria, mas tenho que mencionar as conquistas que com todas as dificuldades superei os obstáculos e provei várias vezes que conseguiria.

Minha vida escolar da primeira série ao ensino médio foi tranquila, apesar de algumas dificuldades de aprendizagem na área de exatas, mas sempre dava um jeitinho de recuperar as temidas notas vermelhas. Não fiz a pré-escola, pois na época a professora relatou que minhas características eram de aluna da primeira série, fato que ocorreu devido ao estímulo para leitura e escrita que recebia em casa. Conseguia formar algumas palavras e até escrever o meu nome, mas no meu ver essa decisão foi precipitada. Apesar de todo conhecimento adquirido tive muitas dificuldades de aprendizagem na primeira série. A professora usava métodos tradicionais com muita memorização de conteúdos e reprodução de textos.

Durante toda a minha trajetória escolar sempre gostei de apresentar trabalhos, pois a tensão era menor, porém as temíveis provas prevaleciam e sempre vinham carregadas de maior valor. Outro trabalho de muita gratificação era a “Feira de Ciências” no ensino médio, pois todas as turmas se mobilizavam para fazer uma apresentação digna de verdadeiros elogios. O que importava era o conteúdo, mas a organização e a criatividade das turmas chamavam atenção. Nos três anos do ensino médio estudei com praticamente os mesmos colegas, o que possibilitou formar uma característica nossa na feira. Dividíamos a sala como um labirinto, fazíamos crachás e padronizávamos as vestimentas. Todos se empenhavam em fazer o melhor sempre, o interesse era tanto que o assunto rendia para o próximo ano, terminava uma feira e já começávamos a pensar na outra.

Esse tipo de avaliação aproximava os alunos, deixava o conteúdo mais interessante e facilitava a compreensão. Era um momento de gratificação e alegria na qual criamos um vínculo muito grande. Quando possível nos reunimos para lembrar os velhos tempos e contar as novidades. Naquele período tive muitos professores que foram verdadeiros mestres, ensinavam porque amavam a profissão e eram comprometidos com a educação. Foi com eles que aprendi a valorizar a educação e acreditar em um ensino melhor.

Após o ensino médio meus pais me incentivaram a fazer um curso profissionalizante, segundo eles, tinha que ter algo a mais para arrumar emprego. Foram dezoito meses de um aprendizado diferente, direcionado mais para o mercado de trabalho com os cursos de secretariado, departamento pessoal, contabilidade, administração de empresas, técnicas em vendas, marketing, telemarketing e operador de micro.

Quando o curso terminou fui à busca de emprego, porém nada é fácil para alguém que está acessando pela primeira vez o mercado de trabalho. A concorrência é ampla e infelizmente para algumas pessoas aquele que têm uma doença crônica nem sempre está apto. Esse período procurando emprego não foi longo, parei durante seis meses para cuidar da saúde. Durante esse tempo de repouso, me reinventei e comecei a fazer bijuterias. Não era o que queria, mas era uma das melhores terapias, uma forma de provar que nada estava perdido.

Aos poucos retomei algumas atividades, foi nesse tempo que surgiu a oportunidade de fazer um curso técnico em agronegócios. Esse curso exigia outra postura, nada se comparava a um ensino médio ou a um curso profissionalizante, surgia a partir daí uma pesquisadora que até então não conhecia. Estar nesse curso me fez sentir importante, era uma nova oportunidade e um novo desafio. Foram dezoito meses de aprendizado gratificante e importante para minha formação.

Naquele tempo conheci muitas pessoas e fiz amigos que tenho até hoje, além de professores fantásticos. O modo de avaliação desse curso variava, dependendo de cada docente, porém todos tinham a mesma seriedade em avaliar. A avaliação que mais gostei foi a de um professor, que usava a música “Escravos de Jô” para demonstrar a interação e dinâmica de uma empresa. As saídas de campo eram essenciais para o aprendizado, pois víamos a teoria na prática. O momento da formatura foi inesquecível, uma sensação da mistura dos melhores sentimentos.

Depois do curso continuei a procura de emprego, mas as dificuldades continuaram, pois no Distrito Federal, não tinham muitas oportunidades para a área de agronegócios. Resolvi fazer o vestibular da UnB com menos de quatro meses para a data, foram os dias mais

intensos de estudo que tive. Os dias do vestibular foram cansativos, mas nada se comparava a espera pelo resultado. Não consegui passar na primeira chamada o que me deixou bastante triste, mas decidi levantar a cabeça e estudar para o Enem. Não se lembrava da segunda chamada até que meu celular toca e uma boa notícia surgia, era o meu namorado para avisar que o meu nome estava entre os aprovados. Essa foi uma das melhores notícias, a prova que, em meios tantos “você não consegue” eu consegui.

A minha família vibrou com a notícia, principalmente uma tia minha que é pedagoga, foi ela a inspiração para a escolha do curso. Uma pessoa determinada, que sempre lutou para alcançar os seus objetivos. Ela me mostrou o caminho da pedagogia por meio de seus comentários, planos de aula, elaboração e correção de atividades, mas principalmente pela sua dedicação.

Em um conversa com essa tia, surgiu o questionamento sobre quais eram os desafios e contribuições da avaliação em larga escala nas instituições de ensino. Foi por meio desse questionamento que veio o interesse em realizar uma pesquisa na área da avaliação, que se intensificou quando ocorreu a oportunidade de fazer um pré-projeto na disciplina de Projeto 3 Fase 1. O projeto sobre a avaliação em larga escala deu continuidade no Projeto 3 Fase 2, mas a avaliação me surpreendeu quando cursei a disciplina de Avaliação Escolar.

Tive a oportunidade de conhecer a avaliação escolar de outra forma, percebi a importância de avaliar para reconhecer e não reprovar. Essa disciplina trouxe tantos encantamentos que fizeram dois cursos (Ciências da Computação e Pedagogia) se unirem por meio de quatro estudantes para estudar a avaliação. De início éramos quatro pessoas desconhecidas sem saber nada sobre essa forma de avaliar. Uma amizade que se intensificou nas conversas, entre elas uma sobre a avaliação formativa, que despertou a minha vontade de pesquisar nessa área.

A minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), aumentou ainda mais essa vontade, quando surgiu o questionamento de quais seriam os desafios e contribuições da avaliação formativa na Educação Infantil. O Pibid me proporcionou uma vivência na escola que jamais imaginaria: ver a educação como essencial na vida do ser humano. A escola em que fazia parte foi muito importante em minha pesquisa, pois me recebeu muito bem como pesquisadora, colaborando e aceitando a pesquisa.

Esses nove semestres na Faculdade de Educação me proporcionaram ver a pedagogia de uma forma diferente dos comentários que ouvia sobre ser babá ou ainda, tem outro curso melhor. A Pedagogia me proporcionou compreender sobre a importância do ensinar e

aprender. Possibilitou ver a Educação Infantil como indispensável e o quanto as crianças aprendem com suas percepções, indagações e ações. A importância do brincar e da avaliação na Educação Infantil. Foi um tempo de conhecimento e novas descobertas, entre elas a vontade de continuar pesquisas na área da avaliação que tanto me encanta.

PARTE II – ESTUDO IMPÍRICO

1. Fundamentos teóricos: A Avaliação na Educação Infantil

O capítulo a seguir traz as trajetórias da avaliação escolar brasileira e suas concepções. A inserção da Educação Infantil, seus caminhos, mudanças e conquistas. O avaliar na Educação Infantil, a criança e o aprender.

1.1 A avaliação escolar no Brasil

Quando o assunto é avaliação, logo se remete a notas e um resultado para obter uma classificação ou comparação. Esses são atributos provindos de uma sociedade seletiva que a escola foi inserida. Os processos seletivos como os testes, foram implantados sem uma reestruturação adequada na escola para verificar a aprendizagem.

A avaliação é utilizada há muito tempo nas civilizações, principalmente com testes físicos para medir forças. Na China, segundo Luckesi (2014), os exames escolares eram usados há 3.000 a.C. Exames utilizados para a seleção de soldados, onde os mais fortes eram escolhidos, de acordo com a desenvoltura de critérios já pré-estabelecidos.

Chineses se apropriavam dos testes para selecionar cidadãos capacitados a atuarem em trabalhos da comunidade. Nas tribos indígenas o jovem era considerado adulto quando passava em testes de força. Na Idade Média havia a existência de exames classificatórios nas escolas gregas e romanas.

No Brasil, depois de uma fase catequizando os indígenas, os jesuítas adotaram o Ratio Studiorum como método de ensino para guiar a educação. Segundo Neto e Maciel:

O Ratio Studiorum não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Portanto, era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas. (NETO; MACIEL, 2008, p. 180).

Esse método foi instituído em todas as estâncias brasileiras, da colônia a metrópole contendo estudos inferiores (secundários) e superiores (filosofia e ciências). Essa era a proposta de ensino para desenvolver a oralidade, a escrita e preparar o ser humano para conviver no meio social como nos cursos secundários. Nas universidades os cursos superiores eram destinados à formação profissional.

Uma característica do século XVI nas escolas ocidentais era o exame como uma forma de seleção. Prática da sociedade, que foi inserida na escola, e tinha como consequência levar o

aluno a reprovação ou retenção. Em relação a esses exames escolares, Luckesi (2014), relata que foram sistematizados no século XVI cultivando uma carga de ameaças e castigos sobre os alunos, pressionando-os para estudar, aprender e assumir condutas.

Após o século XVIII com a criação das escolas modernas, a avaliação passa a ser mais enfatizada nas escolas. Os exames são inseridos como instrumentos para medir a aprendizagem e controlar o sistema educacional. De fato, a avaliação escolar no Brasil foi caracterizada ao longo da história pelos seus testes classificatórios de desempenho e atribuição de notas, principalmente as associadas à lição e comportamento.

A década de 1930 no Brasil foi marcada por uma série de acontecimentos, entre eles estão a Revolução Industrial. Esse novo contexto implicou em uma pedagogia tecnicista com a pretensão de atender as demandas do mercado industrial. Os artigos 35 e 36 do decreto nº 19.890/31 trouxeram uma avaliação baseada em provas, trabalhos práticos e finais, característicos a um processo seletivo, cheio de regras e etapas.

Art. 35. Mensalmente, a partir de abril, deverá ser atribuída a cada aluno e em cada disciplina pelo respectivo professor, pelo menos uma nota relativa a arguição oral ou a trabalhos práticos.

§ 1º A média das notas atribuídas durante o mês servirá para o cômputo da média anual que constituirá a nota final de trabalhos escolares.

§ 2º A falta da media mensal, por não comparecimento qualquer que seja o pretexto, inclusive por doença, equivale à nota zero.

Art. 36. Haverá anualmente em cada classe e para cada disciplina quatro provas escritas parciais, constituindo a média dessas quatro notas a nota final de provas parciais.

§ 1º As provas parciais não serão assinadas, mas recolhidas de modo a que possam ser posteriormente identificados os respectivos autores.

§ 2º As provas assinadas terão a nota zero.

§ 3º O aluno que não comparecer a qualquer prova parcial, seja qual for o motivo, terá a nota zero. (BRASIL, 1931).

Observa-se que a avaliação é moldada e imposta, quando se refere à inserção de instrumentos avaliativos de medida como as provas parciais e finais. Nesse caso o professor é quem avalia, mas com o auxílio de um inspetor na decisão final. A palavra “atribuída” mencionada no decreto remete a uma distribuição de notas atribuídas aos alunos. Vista como um dever, imposta pelos instrumentos avaliativos usados durante o ensino.

Art. 37 As provas parciais, depois de julgadas pelos professores e inspetores, serão encerradas, por disciplina e série, em lucro que será lacrado e rubricado pelo respectivo inspetor e por um representante do estabelecimento de ensino.

§ 1º Só depois de concluído este processo, será feita a identificação dos autores das provas, organizando-se ao mesmo tempo, para remessa ao Departamento Nacional do Ensino, a relação dos nomes dos alunos e das notas a eles respectivamente atribuídas.

Art. 38. Encerrado o período letivo, serão os alunos submetidos a provas finais, que constarão, para cada disciplina, de prova oral ou prático-oral nas matérias que admitirem trabalhos de laboratório, e versarão sobre toda a matéria do programa.

§ 1º As provas finais serão prestadas perante uma banca examinadora, constituída de dois professores do estabelecimento de ensino, sob a presidência do inspetor da respectiva secção didática.

§ 2º A nota da prova final será a média das notas atribuídas pelos examinadores e pelo inspetor. (BRASIL, 1931).

Uma avaliação com base em julgamentos e punições, classificatória e reguladora com notas obtidas por meio de provas. Essa forma de avaliação é abordada por Luckesi:

A prática da avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador, terá de, obrigatoriamente, ser autoritária, pois esse caráter pertence à essência dessa perspectiva de sociedade, que exige controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, seja pela utilização de coações explícitas seja pelos meios sub-reptícios das diversas modalidades de propagandas ideológicas. A avaliação educacional será, assim, um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola. (LUCKESI, 2005, p. 32)

O caráter autoritário da avaliação decorre de uma sociedade que impõe através da seletividade os melhores. Uma forma excludente, que considera a aprendizagem como quantidade resumida em dados, que caracteriza o ato de avaliar em estipular uma nota.

No ano de 1931, Henri Piéron inseriu uma nova ciência chamada Docimologia. Estudo sistematizado de exames, dos sistemas de atribuição de notas e dos comportamentos dos examinadores e examinados, que permite dar ao conhecimento adquirido um valor quantitativo. É importante considerar em 1932 no Brasil o surgimento do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que tinha como foco a luta por uma escola democrática e com a pretensão de considerar o estudante, suas necessidades e singularidades no processo de aprendizagem. A idealização de uma sociedade melhor com uma educação de qualidade que atendesse a todos.

Os estudiosos Ralph Tyler e Smith são considerados ícones nos estudos sobre avaliação. Publicaram a obra: “Estudo dos Oito Anos” na educação americana. Referente a Ralph Tyler, Luckesi (2014) cita que ele estava preocupado com a quantidade elevada de alunos que reprovavam, assim fez a proposta da utilização de uma prática pedagógica “eficiente”. Tyler criou o “ensino por objetivos”, este método estabelecia uma aprendizagem precisa e compreensiva na tentativa para um melhor entendimento dos alunos.

No Brasil, na década de 40, a pedagogia tradicional e os exames persistiam, como se verifica com o Decreto-Lei nº 4.244/42, cap. IV, art. 30 sobre o ensino secundário: “A avaliação dos resultados em exercícios e em exames será obtida por meio de notas, que se

graduação de zero a dez”. (BRASIL, 1942). Esse decreto continuava estabelecendo notas como resultados, atribuição de valores para exames com vistas à seleção. “Como nossas escolas emergiram sob a égide da preparação de elites, a avaliação seletiva no cotidiano escolar firmou-se, por centenas de anos, como cultura preponderante”. (GATTI, 2002, p. 17).

Nas décadas de 50 e 60, a luta era por uma educação melhor e o oferecimento do ensino público em todas as instâncias. A avaliação da aprendizagem ainda muito presa aos testes e a seleção, passa a ser discutida no final dos anos 60 e início dos anos 70. Enquanto em outros países essa avaliação ganhava destaque com o desenvolvimento de pesquisas e novos métodos. A década de 60 foi marcada com avanços significativos na avaliação escolar. Parece ser o começo da libertação de um pensamento limitado sobre avaliação, que era vista somente como uma seleção. Gatti cita que:

Essa seletividade só se tornará objeto de discussão pública quando um número maior de alunos, na década de 60, começa a procurar o ensino superior e encontra a grande barreira dos vestibulares, problema levantado pelos que conseguiram superar vários obstáculos, tais como: ter tido acesso à escola, conseguir permanecer nela e concluir o ensino médio, o que, em termos de população brasileira, eram proporcionalmente muito poucos. (GATTI, 2002, p. 17).

Esse período foi uma fase difícil para a educação, começando pelas dificuldades de acesso dos educandos à escola, permanência e conclusão dos estudos. Havia a necessidade de modificações nas políticas públicas educacionais, que compreendessem os “porquês” dessas questões. Em 20 de dezembro de 1961, foi criada a Lei nº 4.024, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com o artigo 39 relatando que:

A apuração do rendimento escolar ficará a cargo dos estabelecimentos de ensino, aos quais caberá expedir certificados de conclusão de séries e ciclos e diplomas de conclusão de cursos.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento.

§ 2º Os exames serão prestados perante comissão examinadora, formada de professores do próprio estabelecimento, e, se este for particular, sob fiscalização da autoridade competente. (BRASIL, 1961).

Nessa lei, ainda persistia os exames escolares como instrumentos avaliativos para medir a aprendizagem. Dessa vez, os professores dos estabelecimentos públicos de ensino ficavam responsáveis pela avaliação escolar, assim como o julgamento final, não havendo a presença de um instrutor para a decisão. Segundo Gatti:

[...] nos anos 60 e início dos 70, ainda não se discutem a reprovação escolar em massa que se processava no ensino fundamental e a evasão de alunos, que tinha foros dramáticos. Nas escolas, fazer alunos ‘repetirem’ o ano, por ‘avaliações rigorosas’, tornou-se ‘natural’. (GATTI, 2002, p. 18).

Um modelo de avaliação predominante e excludente que desconsidera as aprendizagens do aluno. A falta de uma avaliação qualitativa deixa obscuros os reais motivos que levam o aluno a reprovação. Em relação a essa questão Vasconcellos (1998) cita, que os elevadíssimos índices de reprovação e evasão escolares aliados a um baixíssimo nível de qualidade da educação, não contribuem para a apropriação do conhecimento e a formação de uma cidadania ativa e crítica

Os baixos níveis de qualidade comprometem a aprendizagem e conseqüentemente o processo avaliativo. Na década de 70 a avaliação escolar passou por uma nova estruturação. Aos poucos características antigas davam espaço para um avaliar interativo, associado ao currículo, considerando mais o aluno e suas aprendizagens, como a proposta da lei nº 5692 (LDB) de 197, em seu capítulo I, artigo 14 que se refere:

A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

§ 2º O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionais obrigatoriamente pelo estabelecimento. (BRASIL, 1971).

Essa LDB determina que os estabelecimentos escolares estabeleçam seus regimentos sobre o rendimento escolar e a apuração da assiduidade, porém apresenta a avaliação como “aproveitamento”. Resalta ainda, a consideração dos resultados durante todo período letivo e as interpretações qualitativas sobre as quantitativas, utilizando as menções (conceitos) sobre as notas. Hoffmann comenta que:

Por influência do escolanovismo, os conceitos passam, a fazer parte dos regimentos escolares intencionando duas mudanças principais: a primeira, de minimizar o privilégio a escores finais do aluno obtidos em provas periódicas (produto final), valorizando, assim, o seu processo de aprendizagem e, a segunda, de encaminhar para a análise de aspectos afetivos e psicomotores ao lado de aspectos cognitivos, antes exclusivamente privilegiados. (HOFFMANN, 2010, p. 43)

O conceito é importante para que as notas não caracterizem a aprendizagem ou até mesmo o aluno. Conceituar é dar significado, mas deve se estabelecer critérios para que o

conceito não remeta a um valor, como em uma nota 5 que significa regular, 6 bom ou 8 para ótimo.

Os anos 90 foi marcado pela a inserção de novas políticas públicas. No Brasil, de acordo com Gatti (2002, p. 20), “começa-se a estruturar um sistema nacional de avaliação da educação básica, e essa iniciativa do Ministério da Educação logo é acompanhada de iniciativas semelhantes em alguns estados da federação, cada qual com seu modelo específico”. Uma educação com novos olhares para a avaliação, porém com a carência de profissionais preparados para atuarem na oferta de cursos no Brasil. Sobre esses cursos Gatti relembra que:

Alguns grupos de pesquisadores em avaliação educacional foram, então, se constituindo em universidades e centros de pesquisa. Com os estímulos de formação no exterior, pelas políticas nacionais de capacitação de pessoal, veio aumentando seu número aos poucos. Porém, continuamos a não contar com essa formação, de modo específico, nos cursos da área de educação, a não ser em um ou dois casos de programas de pós-graduação. (GATTI, 2014, p. 10).

Na avaliação é importante que o professor tenha conhecimento do devido valor desse processo, para adequar as práticas em sala de aula. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que é a lei vigente, no Art. 13, Cap. V, os docentes incumbir-se-ão de ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional (BRASIL, 1996). Valoriza o professor como avaliador e participante ativo do processo avaliativo.

No Art. 24 Cap. V e Art. 31 a avaliação é contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Já o Art. 31, que trata da organização da Educação Infantil, cita a avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 1996).

O artigo 24 não relata mudanças aprofundadas em relação à LDB de 1971. Ambos, artigo 24 e 31, se assemelham quando se referem aos dados qualitativos prevalecerem sobre os quantitativos. O artigo 31 deixa evidente que a avaliação na Educação Infantil deve pautar-se no acompanhamento do desempenho escolar dos alunos e os registros de seu desenvolvimento. Uma avaliação desconsiderando toda e qualquer seletividade sem a promoção dos alunos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), acenam uma nova prática avaliativa.

A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada. Portanto, a avaliação das aprendizagens só pode acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar. (BRASIL, 1997, p. 55).

Nessa proposta a avaliação é compreendida como ponto de partida para planejar, usada para observar os avanços e a qualidade da aprendizagem.

A avaliação percorreu um caminho com significantes mudanças, principalmente para desassociar a avaliação da seletividade. Um fato importante foi à inserção da qualificação dos resultados, deixando de lado o quantitativo. Essa avaliação permite um olhar mais sensível do professor em relação ao aluno. Um ato de condução e reflexão profunda sobre a aprendizagem, que será abordará no próximo tópico.

1.2 A avaliação e suas concepções

O avaliar é uma necessidade humana, utilizamos a avaliação diariamente, geralmente a partir de uma reflexão para obter decisões e repostas aos problemas do dia-a-dia. Permite conhecer cada fase do processo de ensino e aprendizagem por meio da avaliação formal ou informal. Para Villas Boas (2006), a diferença entre a avaliação informal e a formal é que a informal não é sempre prevista, conseqüentemente e os avaliados não sabem que estão sendo avaliados.

Na sala de aula esse avaliar informal é contínuo, enquanto o formal é característico de uma sequência de provas, vários exercícios, trabalhos, seminários entre outros. Villas Boas (2006, p. 83), continua mencionando que “é preciso deixar claro que a avaliação informal é muito importante e pode ser uma grande aliada do aluno e do professor, se for empregada adequadamente, isto é, para promover a aprendizagem”. Nesse sentido a avaliação vai além de notas. Para Tuttmann:

Refletir sobre o ato de avaliar implica perceber o seu significado para além da apresentação de números, resultados ou indicadores. Avaliar significa apreender uma determinada realidade e indicar caminhos que possibilitem rever ou definir políticas, programas, planos e ações para o enfrentamento das situações diagnosticadas. (TUTTMANN, 2013, p. 102).

Traçar caminhos, conhecer e considerar a realidade são ações de condução para o conhecimento de um fato ou alcance de um objetivo. Ato que devem partir dos contextos que os alunos estão inseridos. Segundo Vasconcellos (2008), a avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, reflexão crítica referente à prática para captar avanços, resistências, dificuldades e decisão para superação de obstáculos.

A avaliação é um processo de indagações onde se procura obter resultados satisfatórios e compensadores. É necessário considerar o tempo em que essa avaliação está inserida, desconsiderando características antigas que não cabem mais no processo. A avaliação está em constante mudança, o que era avaliar ontem talvez não seja mais o avaliar de hoje, pois as mudanças econômicas e sociais interferem na sua constituição. Reconhecer essas mudanças é indispensável para saber suas dimensões e impactos.

Nessa perspectiva, é importante saber a diferença entre aferir e avaliar para compreender o seu devido sentido. Para Franco (2004), no contexto acadêmico é importante essa distinção, onde aferição está relacionada à mensuração de um construto, e avaliação é distinta, pois não há avaliação sem relações complexas entre construtos. Isto é, o processo da avaliação é uma construção e a aferição é o resultado em notas desse processo. Ainda conforme cita Franco (2004, p. 51), “a avaliação da educação não pode ser feita sem medidas contextuais”. É um equívoco considerar a nota por si como uma forma de avaliar a aprendizagem. Nesse contexto, se dá a importância da avaliação qualitativa para descobrir os motivos que levaram aos resultados quantitativos.

Segundo Hoffmann (2010, p. 15) “A avaliação é essencial à educação”. Ela conduz as ações, desvenda os motivos e revela os caminhos, estando presente de várias formas na educação. Seja para avaliar o sistema educacional, as instituições de ensino ou em sala de aula quando inserida pelo professor para avaliar a aprendizagem dos alunos.

O contexto social em que a escola está inserida, as estruturas pedagógicas, as concepções de professores, pais e alunos interferem na formação de um conceito preciso do que seria avaliar. Essas características apontam as contradições nos modos de conceber e aplicar a avaliação. Para os estudiosos da área, também existem várias definições a respeito da avaliação, e compreendê-la é uma prática que demanda tempo. É necessário entender o seu processo e sentido, principalmente na educação. “Avaliar implica o desejo de conhecer, tirar as máscaras, ato de entrega que não pode ser imposto simplesmente”. (SORDI, 2006, p. 59). Um dos objetivos da avaliação na educação é conhecer os níveis de aprendizagem dos alunos.

Segundo Hoffmann (2010, p. 17), “a avaliação é a reflexão transformada em ação”. Reflexão do professor referente o processo avaliativo voltado para o aluno e suas aprendizagens. Essa reflexão gera ações que são escolhas baseadas nos resultados do processo de ensino e aprendizagem. Metas traçadas que visam à qualidade dos resultados, pois:

Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva; ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado. O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto o de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação. (LUCKESI, 2002, p. 84).

O avaliar na educação escolar deve ser compreendido para além de notas. Ele orienta o trabalho pedagógico dos professores, visando melhores resultados da aprendizagem dos estudantes. É preciso inovar as avaliações em sala de aula, tendo significado tanto para o professor quanto para o aluno, principal interessado nesse processo.

Entre as formas de avaliar estão: a diagnóstica, a formativa e a somativa. São três formas que resultam na mesma finalidade, a aprendizagem do aluno, mas com concepções diferentes. A avaliação somativa avalia o que ocorre no final do processo avaliativo por meio da somatória de notas. A soma dos resultados dos instrumentos avaliativos que foram utilizados durante o processo de ensino aprendizagem. Segundo Villas Boas, (2008 p. 34) “a avaliação classificatória é uma das manifestações da avaliação somativa, na escola”.

A avaliação somativa tem o caráter classificatório quando é feita isolada. Não considera o aluno em si, mas os seus erros quando os resultados não são satisfatórios. “A função classificatória subtrai da prática da avaliação aquilo que lhe é constitutivo: a obrigatoriedade da tomada de decisão quanto á ação, quando ela está avaliando uma ação”. (LUCKESI, 2005, p. 35). A classificação remete a uma colocação do resultado da avaliação somativa, impede os pareceres apurados da avaliação que revelam como está a aprendizagem. Classificar a criança é rotulá-la, impedindo os avanços do seu desenvolvimento.

A avaliação diagnóstica investiga a qualidade do desempenho dos alunos. Uma investigação que permite saber o que o aluno assimilou, havendo caso necessário a intervenção do professor. O ato de intervir resulta em reestabelecer o processo avaliativo para que ocorra o aprendizado necessário.

Cabe ao professor decidir a nova forma de retomar avaliação. Considerando o aluno e analisando o processo avaliativo por meio de diagnósticos, assim o professor decidirá como

será a avaliação na prática escolar. É importante que ele tenha atitudes compreensíveis e acolhedoras que resultem em compreender os porquês dos resultados da avaliação diagnóstica. “A avaliação diagnóstica será, com certeza, um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência e crescimento para a autonomia, situação que lhe garantirá sempre relações de reciprocidade”. (LUCKESI, 2005, p. 44). Na avaliação diagnóstica é importante conhecer o aluno, para oferecer através de estratégias subsídios necessário para estimular a vontade de aprender. A avaliação formativa requer diagnóstico em seu processo e resultado.

Uma das formas do professor estabelecer uma avaliação diagnóstica é através da sondagem. Na matéria de língua portuguesa, por exemplo, essa sondagem é realizada por meio da leitura ou da construção textual. A avaliação diagnóstica pode ser inserida antes do início de um conteúdo, para que o professor conheça o que os alunos já sabem daquele determinado assunto.

A avaliação formativa ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem. Para verificar se a aprendizagem está acontecendo como previsto, o professor pode utilizar os instrumentos avaliativos como suporte. Esses estão inseridos no contexto escolar como métodos, para averiguar o nível de conhecimento do aluno em relação aos conteúdos ministrados em sala de aula. Cabe ao professor escolher quais instrumentos utilizará, observando as necessidades dos alunos e o momento adequado para aplicá-los. Essa avaliação permite que o professor retorne a certo ponto sobre o que está sendo ensinado, podendo reformular caso necessário os métodos utilizados.

A avaliação pode ser formativa quando os professores analisam de forma frequente e interativa os progressos dos alunos, o que eles aprenderam ou não, permitindo a reorganização do trabalho pedagógico (VILLAS BOAS, 2008). Essa avaliação permite ao professor redefinir suas práticas avaliativas, considerando o aluno como direcionador dessa organização pedagógica. É reorganizadora, permite desvendar os motivos que levaram a aprendizagem, ou não, para ter um resultado satisfatório. É importante que o resultado satisfatório não seja a satisfação do professor em alcançar notas excelentes, mas resultados que mostrem o que foi almejado.

Essa avaliação que promove a aprendizagem do aluno e do professor e o desenvolvimento da escola é denominada de formativa, em oposição à avaliação tradicional que visa à aprovação e à reprovação, à atribuição de notas, e que se vale quase que exclusivamente da prova. (VILLAS BOAS, 2008, p. 30)

Nesse contexto é preciso a adequação dos instrumentos avaliativos, por exemplo, uma prova de múltiplas escolhas não resultaria no mesmo resultado que uma prova dissertativa. Ou ainda, um trabalho em grupos na sala de aula, onde um aluno ajudasse ao outro seria mais compensador que uma prova. A prova pode ser usada, uma vez que o problema não é o instrumento, mas a forma como ele é inserido. Na avaliação, um instrumento poderá associar-se ao outro como apoio.

A avaliação formativa é dinâmica, com foco na aprendizagem e centrada no contexto em que o aluno se encontra. “No Brasil, o que se denomina de avaliação mediadora, emancipatória, dialógica, fundamentada, cidadã pode ser entendido como avaliação formativa”. (BOAS 2008, p.39). Um avaliar integrador, contínuo, compreensível, formador, mediador, flexível, claro e investigador.

A avaliação formativa permite ao professor o retorno contínuo das aprendizagens dos alunos. Utiliza-se de registros estruturados e diários para a interpretação correta do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação formativa não é regulamentadora. Hoffmann (2005) cita, que o seu sentido está na intenção do professor voltada para as aprendizagens. Uma avaliação continua com a necessidade de notar as convivências, proporcionando melhores relações e interações em sala.

Há a necessidade das práticas avaliativas se ajustarem as necessidades dos alunos associando-as ao trabalho pedagógico. “Entendemos, todavia, que a discussão sobre avaliação não pode ser feita de forma isolada de um projeto político-pedagógico, inserido num projeto social mais amplo”. (VASCONCELLOS, 1998, p. 11). É necessário que o PPP seja um projeto mais que identificador e com registro de atividades. Um acompanhamento que conduza o professor a repensar sobre o ato avaliativo.

As práticas avaliativas, segundo (HOFFMANN 2005), se forem autoritárias, serão como minas espalhadas nas escolas, que detonam o aprender dos educandos. Nessa perspectiva a avaliação formativa torna-se necessária, pois é reflexiva com ações que proporcionam avanços necessários para que ocorra de fato a aprendizagem (uma vez que o aprender e o avaliar são indissociáveis, um leva ao outro).

Avaliar não por meio de notas, mas conforme a necessidade dos alunos, pois os números não demonstram toda a realidade da aprendizagem. Em algumas séries, como as do ensino médio, ainda se encontra fortemente a avaliação por meio de provas com resultados numéricos. Característica atribuída ao fato desse segmento está integrado diretamente ao vestibular, assim a tendência é inserir atividades cada vez mais semelhantes às provas

classificatórias. O professor deve estar atento a escolha das atividades avaliativas que irá desenvolver com seus alunos, lembrando que o avaliar não se restringe somente às provas, trabalhos apresentados ou exercícios. Vale considerar que nenhuma avaliação deve ser desprezada, mas associadas à outra avaliação, pois o avaliar deve estar associado ao ato de refletir

Vasconcellos (1998) entende a avaliação, enquanto reflexão crítica sobre a realidade, auxilia a descobrir as necessidades do trabalho educativo, percebendo os verdadeiros problemas para resolvê-los. Resolver os problemas não significa “jogar conteúdo”, pedir para o aluno refazer a prova ou ainda enche-lo de exercícios. Esses são atos vazios, que expõe o aluno às críticas e dúvidas. Villas Boas (2013, p. 168), relata que “a avaliação formativa requer comprometimento do professor com relação às aprendizagens dos alunos”. O professor deve ser preciso em relação aos conteúdos ensinados, articulando-os a avaliação.

Essa articulação proporciona compreensão e desenvolvimento dos alunos. É preciso avaliar para que ocorra a mudança necessária, nesse sentido a avaliação formativa acompanha todo o processo de ensino-aprendizagem. “A avaliação, para assumir o caráter transformador e não de mera constatação e classificação, antes de mais nada deve estar comprometida com a promoção da aprendizagem (e desenvolvimento) por parte de todos os alunos”. (VASCONCELLOS, 1998, p. 17).

Para que ocorra a transformação necessária, o professor deve estar atento ao desenvolvimento dos alunos. Desvendando através de ações avaliadoras os motivos que levam ou não a aprendizagem, com um olhar crítico e sensível. Crítico referente aos atos avaliativos durante todo o processo de ensino e aprendizagem. Sensível que considere o aluno em suas aprendizagens. Sobre isto, Hoffmann comenta que:

[...] o professor reorganiza e enuncia suas próprias concepções pedagógicas e significados atribuídos ao desempenho de cada aluno, revelando o que considera importante, tanto em relação ao fazer pedagógico, quanto sobre desenvolvimento individual. (HOFFMANN, 2005, p 51)

É importante que o professor compreenda e considere os conhecimentos prévios dos alunos como nas avaliações diagnósticas. Lembrando, que um educando não é igual ao outro, eles estão inseridos em diversas culturas com diferentes modos de ser e estar. Requer maior dedicação e comprometimento, pois a avaliação formativa é desafiadora para o professor que ainda está preso a notas e classificação. Segundo Hoffmann (2005, p. 21), “[...] essencialmente, a postura mediadora do professor que pode fazer toda a diferença em avaliação formativa”.

A avaliação formativa requer decisões que aprimorem o processo de aprendizagem. Mudar as percepções e práticas avaliativas em sala é essencial para obter respostas aos questionamentos, previamente sem solução. O ato de observar é essencial na avaliação formativa, nessa perspectiva Hoffmann cita que:

A observação em avaliação mediadora significa esse tempo de admiração do aluno, de um olhar que se esforça, principalmente, em projetar o futuro, em olhar para a frente, compreendendo-o, para isso, as circunstâncias da vida, a sua história e suas possibilidades cognitivas. (HOFFMANN, 2005, pg. 22).

É preciso observar o aluno em sua totalidade, compreender suas necessidades e dificuldades e firmar a qualidade da aprendizagem. Luckesi (2005, p. 130), cita que “existem duas formas de aprendizagem: uma que se dá espontânea e informalmente e a outra intencional e sistemática”. O aluno está sempre aprendendo algo novo, seja por meio de atividades escolares ou em outros contextos que permita a interação com o meio social. A avaliação formativa considera o que o aluno aprendeu e o que ainda está por aprender, nesse sentido Hoffmann comenta que:

O tempo do aluno que precisa ser, sobretudo, respeitado é o tempo de aprender e o tempo de ser e não o tempo “de aprender determinado conteúdo”. Acompanhá-lo, passo a passo, exige conhecê-lo enquanto sujeito, protagonista de sua história, produtor do seu conhecimento. (HOFFMANN, 2001, pg. 51).

A avaliação formativa resulta em uma transformação do que era visto como um erro do aluno, ou seja, notas baixas ou ainda a dificuldade de compreensão de alguns assuntos. Um cuidado essencial que o professor da Educação Infantil precisa ter é: não considerar o resultado negativo como ponto final da aprendizagem. A avaliação formativa, neste caso, permite reverter esse resultado, e estes passam a serem vistos como informação para verificar mais profundamente a aprendizagem.

1.3 A Avaliação e a especificidade da Educação Infantil

Antigamente só a família era responsável pela educação das crianças. No convívio com os adultos as crianças aprendiam as tradições e as normas de sua civilização. A criança demorou a ser compreendida no meio social e a ter seus direitos respeitados. Segundo Andrade (2010, p. 59) “na Idade Média, as crianças pequenas não tinham função social antes de trabalharem, sendo alta a taxa de mortalidade infantil”. A sociedade com seus princípios e

regras decidia o destino da Educação Infantil. Épocas com formas diferentes de ser e estar da criança.

A discussão sobre a escolaridade obrigatória, que se intensificou em vários países europeus nos séculos XVIII e XIX, enfatizou a importância da educação para o desenvolvimento social. Nesse momento, a criança passou a ser o centro do interesse educativo dos adultos: começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados, situada em um período de preparação para o ingresso no mundo dos adultos, o que tornava a escola (pelo menos para os que podiam frequentá-la) um instrumento fundamental. (OLIVEIRA, 2011, p. 62).

A Educação Infantil não era para todas as crianças, favorecendo a elite e desfavorecendo as classes mais baixas. Neste tempo a criança começava a ser diferenciada do adulto, mas ainda não era vista como merecia. Novas concepções surgiam daí para frente, porém o educar ainda não fazia parte desse novo cenário educativo.

No Rio de Janeiro no início do século XX, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e o Patronato de Menores, além de creche, ofereciam cursos para as mães. Para os pobres, a creche seria um meio para promover a organização familiar, e por isso sempre se colocou como complementar a ela. (JÚNIOR, 2000, p 12).

O Brasil passava por consideráveis mudanças, principalmente com o avanço industrial nas grandes metrópoles. O atendimento as crianças nas creches, não estava voltado para a formação cidadã, mas como amparo as mães com baixa renda que trabalhavam e não tinha com quem deixar seus filhos. Sobre essas creches Andrade cita:

A implantação da primeira creche no país ocorre no ano de 1889, no Rio de Janeiro, junto à fábrica de Fiação e Tecidos Corcovado. No ano de 1918 foi criada a primeira creche no Estado de São Paulo, resultante das pressões dos movimentos operários, em uma vila operária da Companhia Nacional de Tecidos e Jutas. (ANDRADE, 2010, pg.135).

As creches nasceram com a necessidade das classes trabalhadoras e desfavorecidas, mas por outro lado estavam os patrões que viam vantagem com a mão de obra feminina. Com o aumento da produtividade havia mais produtos no mercado e maiores lucros. A Educação Infantil ganhava novos rumos, na qual Andrade cita que:

Em 1925 foi promulgado um decreto no Estado de São Paulo regulamentando as escolas maternais, e em 1935 foram instituídos os parques infantis nos bairros operários, sob a direção de Mário de Andrade. Os parques infantis atendiam crianças de diferentes idades em horário contrário ao da escola para atividades recreativas. As políticas públicas, no início da década de 1930, foram resultantes de interesses distintos da burguesia, dos trabalhadores e do Estado, fazendo com que o poder público fosse chamado cada vez mais a regulamentar a questão do atendimento à infância. Na esfera federal, a partir de 1930, o Estado, com a criação do Ministério

da Educação e Saúde, assumiu oficialmente responsabilidade pelo atendimento à infância, embora continuasse a convocar a contribuição das instituições particulares. (ANDRADE, 2010, p. 137).

De acordo com Andrade (2010, p. 136), “a expansão do atendimento em creches, ainda que insignificante nesse período, estava relacionado ao poder da organização popular na reivindicação dos direitos sociais, o que terá uma dimensão maior na década de 1980”. A concepção assistencialista na Educação Infantil perde força em 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Depois as creches e pré-escolas foram destinadas crianças de 0 a 6 anos de idade, passando a compor a primeira etapa da educação básica. A Lei nº 13.306/2016 reestabeleceu o atendimento no ensino de creche e pré-escola para crianças de 0 a 5 anos de idade.

Acompanhar crianças não é uma atividade fácil, primeiramente precisa reconhecer a criança em seu contexto sociocultural e estar atento ao seu desenvolvimento. O professor deve considerar a criança individualmente, sem comparações, dando a ela o seu devido valor. Reconhecer a criança é respeitá-la em sua totalidade considerando seu tempo de aprender. Nessa perspectiva Hoffmann relata que:

[...] as crianças desenvolvem-se de forma aceleradíssima em termos da oralidade, da evolução motora e das novas descobertas, em tempos e aspectos muito diferentes de uma criança para outra, a avaliação da aprendizagem contempla várias interrogações e indefinições quanto à efetivação, na prática, de uma concepção que tenha por intenção a melhoria da ação educativa. (HOFFMANN, 2015, p.09)

Outra difícil tarefa é acompanhar esse rápido desenvolvimento, já que a criança está em constantes descobertas. É importante considerar as aprendizagens que elas trazem consigo, desconsiderar é negar a criança, suas vivências e sua história. O aprender não deve estar voltado para o julgamento, mas para novos descobrimentos, sendo o aluno o centro do processo de ensino e aprendizagem.

Vasconcellos (1998) cita que a motivação é um fator principal para a aprendizagem, o aluno deve acreditar em suas potencialidades, ou seja, acreditar que é capaz. A criança apesar de ter pouca idade, compreende suas dificuldades, demonstra através de atos e expressões a aflição quando não conseguem realizar alguma atividade.

Nesse sentido, é importante que o professor motive a criança, mostrando-a suas capacidades através de incentivos positivos, sem comparação com os colegas. Sendo o acompanhamento do professor articulado à avaliação. De acordo com Hoffmann (2015, p.14),

“acompanhar, em avaliação mediadora, é permanecer atento a criança, pensando em suas ações e reações, “sentido”, percebendo seus diferentes jeitos de ser e de aprender”.

A avaliação na Educação Infantil se faz necessariamente formativa, acompanhando de perto cada etapa do processo de aprendizagem. O Currículo em Movimento da Educação Infantil do Distrito Federal constata que:

[...] a avaliação torna-se uma categoria central para a organização do trabalho pedagógico. Entendemos que a função formativa é a que melhor se adapta ao processo democrático de ensinar e aprender. Isso porque nossa crença ratifica o compromisso de uma avaliação comprometida com as aprendizagens de todas as crianças. A avaliação deve ser formativa, assim como a aprendizagem deve ser significativa. Os procedimentos e instrumentos, isoladamente, não definem a função formativa. (DISTRITO FEDERAL 2013, p.74).

Na Educação Infantil, é importante que a avaliação formativa esteja sempre associada à organização do trabalho do professor. Nessa perspectiva, o projeto político pedagógico e a avaliação se articulam e se complementam, visando à aprendizagem contínua da criança. Isto é ressaltado no Currículo:

[...] a coerência entre o projeto político pedagógico da instituição educacional, o currículo praticado e a observância aos espaços promotores da qualidade tornarão possíveis uma avaliação que seja qualitativa e, sobretudo, reveladora do processo e do alcance da função social da escola. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p.75).

A avaliação qualitativa desvenda como está o progresso do processo de ensino e aprendizagem, permitindo seu acompanhamento. O documento ainda cita que a finalidade básica da avaliação é servir para tomar decisões educativas. Para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar, se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula.

Na Educação Infantil, a avaliação conduz o professor por meio de questionamentos diários. Um ato reflexivo acerca de sua prática, que orienta o planejamento. Avaliar e planejar caminha junto, o professor efetiva as ações planejadas de acordo com a avaliação.

Avaliar, na concepção mediadora, portanto, engloba, necessariamente a intervenção pedagógica. Não basta estar ao lado da criança, observando-a. Planejar atividades e práticas pedagógicas, redefinir posturas, reorganizar o ambiente de aprendizagem e entre outras ações, com base no que se observa, são procedimentos inerentes ao processo avaliativo. Sem a ação pedagógica, não se completa o ciclo da avaliação na sua concepção de continuidade, de ação-reflexão-ação. (HOFFMANN, 2015, p. 15).

Este entendimento de Hoffmann sobre o planejamento na Educação Infantil considera o desenvolvimento e aprendizagem da criança. E está coerente com o que propõe o Art. 31 da LDB de 1996, sobre a organização da Educação Infantil e a avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 1996). Em relação às áreas e atividades que devem compreender o planejamento e a avaliação na Educação Infantil, Hoffmann traz:

- a) áreas do desenvolvimento infantil: desenvolvimento motor, conhecimento físico, conhecimento lógico-matemático, conhecimento social, conhecimento espaço temporal, linguagem e representação (gráfica, plástica, musical, corporal e outras), desenvolvimento sócioafetivo;
- b) áreas do conhecimento: língua portuguesa e literatura, matemática, história, geografia, ciências naturais, música, dança, teatro, desenho, pintura, escultura, religião, educação física, informática e outras ciências;
- c) atividades, práticas e projetos pedagógicos: ouvir, contar e representar histórias, conversar sobre fatos do cotidiano, brincar de faz de conta; jogar, explorar jogos e materiais diversos; observar e cuidar de plantas e animais; cozinhar ou preparar alimentos; desenhar, pintar, amassar, rasgar, recortar, colar e modelar; cantar, dançar, brincar [...] esses componentes curriculares se articulam no sentido de construir pontos referenciais ao planejamento da ação educativa [...] (HOFFMANN, 2015. p. 74).

São componentes que visam abranger todas as necessidades e desenvolvimento de capacidades das crianças, para que ocorra a aprendizagem. Nesse sentido, o cognitivo, os sentimentos, as emoções e as sensações são considerados, ou seja, todas as formas de ser e estar das crianças.

Quanto ao professor, é importante que observe e registre a relação que os alunos têm ou passam a ter com esses elementos e conteúdos, principalmente os relacionados ao desenvolver e o aprender. Ainda sobre a avaliação na Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, mencionam na Resolução de nº 5, em seu Art. 10:

- As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:
- I** – a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
 - II** – utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
 - III** – a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV – documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V – a não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2009, p. 100).

As DCNEIs sugerem por meio desses parágrafos ações que a escola deve se apropriar para o trabalho pedagógico e avaliação no processo de ensino e aprendizagem. É importante destacar o uso da observação crítica e criativa das atividades, na qual o professor com base em uma avaliação formativa cria e recria mediações, tais como iniciativas e estratégias.

Segundo Luckesi (2005 p. 116), “enquanto o planejamento dimensiona o que vai construir, a avaliação subsidia essa construção, porque fundamenta novas decisões”. Ainda conforme Luckesi:

O planejamento define os resultados e os meios a serem atingidos; a execução constrói os resultados; e a avaliação serve de instrumento de verificação dos resultados planejados que estão sendo obtidos, assim como para fundamentar decisões que devem ser tomadas para que os resultados sejam construídos. Nessa perspectiva a avaliação da aprendizagem é um mecanismo subsidiário do planejamento e da execução. (LUCKESI, 2005, pg. 149).

A articulação de diversos tipos de registros conduz o professor a uma avaliação mais certa e um planejamento preciso, visando sua utilização para elaboração de relatórios descritivos da aprendizagem das crianças. Neste sentido, Vasconcellos comenta que:

Seria importante lembrar, todavia, que o registro (que depois pode servir de base para a elaboração do relatório ou parecer descritivo) deve ser assumido, antes de mais nada, como instrumento de trabalho do professor (identificar necessidades do aluno e buscar estratégias de superação) e não “para os pais” ou “para a coordenação”. (VASCONCELLOS, 1998, p. 53).

O relatório é um registro que deve conter uma trajetória significativa da criança durante o processo de ensino-aprendizagem, não somente falas ou uma descrição dos objetivos das atividades desenvolvidas em determinado período. É importante considerar a criança e o seu tempo de aprender. O relatório deve ser individual e sem comparações com os outros alunos. Uma construção do professor sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, conforme relata Hoffmann:

Os relatórios de avaliação representam a memória resignificada da história vivida pela criança na instituição e favorecem a continuidade do seu processo de aprendizagem. Esses documentos, de um ano para o outro, constituem-se em elos das ações educativas desencadeadas por diferentes profissionais e pelo tempo de permanência da criança em uma instituição de Educação infantil. (HOFFMANN, 2015, p. 88).

O relatório não é documento solto com “meias palavras”, nele deve conter os momentos da vida das crianças e seu desenvolvimento. Nesse sentido, é importante considerar

a criança em todos os seus aspectos: cognitivos, sociais e afetivos. A avaliação na educação infantil está diretamente ligada ao desenvolvimento da criança por meio da aprendizagem, isto precisa estar descrito nos relatórios avaliativos, um ato sensível sem mensurações. Deve conduzir o professor a uma reflexão, uma avaliação de suas práticas educativas e a aprendizagem das crianças.

O acompanhamento do professor em sala de aula está associado às concepções e ações cotidianas das crianças. É preciso essa associação para que ocorra a medição necessária, conforme o desenvolvimento de cada educando. Nesse sentido para Hoffmann (2015) ver a criança como ela é para compreender seus atos e pensamentos.

A avaliação se faz reflexiva, vinculada diretamente ao trabalho pedagógico do professor. Compreender a criança é estar atento às suas necessidades, excluindo as escalas de classificação e comparação. O ideal é partir das experiências e percepções das crianças ampliando as interações, possibilidades e descobertas.

Procedimentos Metodológicos

2. Abordagem e tipo de pesquisa

Neste capítulo trato da caracterização da pesquisa e dos passos da metodologia. Descrevo a abordagem e tipo de pesquisa, as técnicas usadas, a escola e os sujeitos participantes.

2.1 Caminhos percorridos da pesquisa

A seguinte pesquisa tem base qualitativa, que se fundamenta na compreensão da realidade. Procura desvendar as causas e questionamentos, com significados abrangentes por meio da interpretação dos fatos. Para Flink (2009), esse tipo de pesquisa usa textos como matéria empírica, sem preocupação com a quantificação. Tem como ponto de partida a noção da construção social das realidades em estudo, voltada para o contexto social dos participantes e práticas diárias.

Desta forma, a pesquisa qualitativa é uma condução investigativa e esclarecedora, que se apropria de vários caminhos para obter respostas dos questionamentos. Busca de forma textualizada informações sobre o campo ou objeto pesquisado. Pode ser feita em grupo ou individual com técnicas de coleta de dados, tais como: a observação e a entrevista.

Godoy (1995), explica que o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Na pesquisa qualitativa o pesquisador está em contato com o sujeito, objeto ou ambiente pesquisado. Uma busca incessante de dados descritivos, indispensáveis para análises e compreensão da pesquisa.

Nessa perspectiva, leituras com base na temática foram realizadas para melhor compreensão do objeto de estudo investigado, assim como revisões literárias. Foram realizadas leituras de documentos oficiais, tais como leis e resoluções que abordam a avaliação formativa e Educação Infantil nacional e no Distrito Federal.

A coleta de dados foi realizada a partir da inserção da pesquisadora no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. De acordo com a Capes o programa

[...] é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. (FUNDAÇÃO CAPES – Ministério da Educação - MEC).

Ainda conforme a Capes, os estudantes vivenciam o cotidiano e o trabalho docente nas escolas públicas com o acompanhamento e a proposição de atividades didático-pedagógicas, a partir da orientação de um docente licenciado. Ao observar o cotidiano de uma escola de Educação Infantil em Brasília que trabalha com a Pré-escola, foi elaborada a seguinte questão: Quais os desafios e contribuições da efetivação da avaliação formativa nos processos de aprendizagem de crianças de uma turma da Educação Infantil do Distrito Federal?

Para responder a essa questão foi observada uma turma do primeiro período da Educação Infantil, com a participação ativa da pesquisadora nas aulas, o que caracterizou a pesquisa e a técnica de observação usada como participantes. A pesquisa participante, segundo Gil (2008) se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. “Na observação participante, o observador deixa de ser o espectador do fato que está sendo estudado. Nesse caso, ele se coloca na posição dos outros elementos envolvidos no fenômeno em questão” Godoy (1995, p. 27). A observação pode ser inserida em grupos ou comunidades, estando associada ou não a outra técnica, como a entrevista, para melhor compreensão dos acontecimentos.

2.2 Técnicas da pesquisa: observação e entrevista

A pesquisa foi realizada com o auxílio de duas técnicas de coleta de dados, a observação e a entrevista. A classe observada pertence a um Jardim de Infância, situado na Asa Norte – Brasília. A turma escolhida foi a mesma em que a pesquisadora já estava inserida na escola pelo Pibid. A observação foi realizada durante seis meses no turno vespertino, uma vez por semana, durante cinco horas. Entretanto a relação da pesquisadora com a escola já acontecia desde 2016, quando iniciou no Pibid.

A proposta era realizar a entrevista com quatro professoras, três do primeiro período e uma do segundo período da Educação Infantil. Porém duas preferiram responder as questões em casa, nesse caso as entrevistas foram consideradas como questionários. Para Gil (2008, p. 113), “as entrevistas tradicionalmente têm sido realizadas face a face. Essa tem sido a característica mais considerada para distingui-la do questionário, cujos itens são apresentados por escrito aos respondentes”.

Além da entrevista, essa pesquisa se apropriou do diário de campo, como instrumento para anotações das observações e objeto de estudo durante as aulas. As observações eram transcritas em seguida para que não se perdessem momentos importantes. Somente alguns

momentos foram registrados com fotos, pois esse tipo de registro desvia a atenção das crianças. É importante citar que os registros fotográficos foram autorizados pela professora e direção da escola. No diário de campo, além da descrição da realidade vista em sala, eram anexadas percepções pessoais importantes para a pesquisa, o que caracterizou o diário de campo como pessoal.

A fase da observação é muito importante em uma pesquisa, para Godoy (1995, p. 27), “quando observamos, estamos procurando apreender aparências, eventos e/ ou comportamentos”. É importante que haja um ambiente respeitoso e harmonioso, para que ocorra melhor interação entre o observador e o grupo observado. A observação pode ser estruturada ou não estruturada, e para Gil (2008, p. 101), “o grau de participação do observador, pode ser participante ou não participante”. Como estruturada ela deve ser científica e planejada com registros sistemáticos.

A observação auxilia no desenvolvimento da pesquisa, considerada como uma técnica essencial. Essa pesquisa se caracteriza como estruturada, individual e participante. Na observação participante, o observador deve torna-se um participante cada vez mais com acesso ao campo (FLICK, 2009). Essa interação necessita de cuidados para evitar influências sobre o grupo observado, assim como na entrevista.

O diálogo é uma interação em que acontecem perguntas e respostas, o que caracteriza a entrevista, que está sempre associada a algum tipo de técnica. A entrevista faz parte da pesquisa qualitativa. Flick (2009) cita que, as formas de entrevista têm caminhos diferentes para que alcance um objetivo semelhante.

A entrevista dessa pesquisa teve um roteiro pré-estabelecido, sendo aperfeiçoada com mais questões no momento da sua realização, o que a denomina de semiestruturada. Foram elaboradas quatro seguintes perguntas: 1. O que você compreende por avaliação na educação infantil? 2. Como você avalia no jardim? Quais critérios são utilizados? 3. O que é feito com os resultados das avaliações dos alunos? 4. Existe alguma dificuldade em avaliar na educação infantil? Por quê? As questões foram inseridas com intuito de conhecer os desafios e contribuições da Avaliação Formativa na Educação Infantil. A seguir estão as primeiras impressões e composição do campo pesquisado, a escola, assim como os sujeitos que participaram dessa pesquisa.

2.3 A escola e os sujeitos da pesquisa

A instituição de ensino público aonde ocorreu a coleta de dados foi constituída em 1967 pelo IAPB (Instituto de Aposentadoria dos Bancários). Inicialmente estabelecida como uma creche, destinada a filhos de funcionários daquela autarquia. Depois a comunidade constatou que as crianças seriam melhor assistidas com um Jardim de Infância, assim no ano de 1968, a escola começou a atender a comunidade escolar conforme destinou a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Em agosto de 1970 um incêndio comprometeu as instalações da escola. Em decorrência desse ocorrido o jardim passou a funcionar como anexo de uma escola classe, denominado como Centro de Alfabetização em 1977. No dia 10 de abril de 1978 o Jardim de Infância retomou ao seu lugar de origem e suas respectivas atividades.

A escola atende a alunos do primeiro e segundo período da Educação Infantil, no turno matutino das 07h30min às 12h30min e vespertino das 13h30min horas às 17h30min. Na entrada, as crianças são acolhidas pela diretora e professoras da escola com músicas infantis e conversas informais, que instigam sempre o desenvolvimento e a aprendizagem.

Em seu projeto político pedagógico o jardim contempla os eixos transversais, conforme está inserido no Currículo em Movimento do Distrito Federal. Esses são indispensáveis para a aprendizagem e o desenvolvimento pleno da criança em todas suas necessidades e tempos, com respeito, considerando cada uma e suas particularidades.

Uma criança terá mais oportunidade de se desenvolver integralmente em instituições educacionais que assumam suas responsabilidades na construção de uma sociedade livre, justa, solidária, igualitária que preserve o meio ambiente. Uma sociedade que respeite a diversidade humana e que, não obstante, se edifique sob o signo de ideais universais: igualdade, cidadania, democracia, justiça, que, por sua vez, contemplam: I) Educação para a Diversidade, II) Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e III) Educação para a Sustentabilidade, apresentados como eixos transversais do Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF. DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 17.

A escola é conhecida pelos seus diversos projetos, atualmente está com um projeto que tem como base o ciclo da vida, no qual contempla esses eixos. Por meio desse projeto é trabalhada a leitura de mundo mais ampla, além da escola como lugar de encontro de pessoas, origens, crenças e valores diferentes. Nesse projeto os ciclos estudados são: o ciclo da água, ciclo dos seres vivos, ciclo dos seres humanos e ciclo dos animais.

A escola ainda conta com outros projetos que estão descritos no PPP, como o “Boa Alimentação” em que os pais trazem nas quintas-feiras frutas para o lanche dos seus filhos, visando hábitos alimentares saudáveis. Temas como a não violência e situações de conflitos são

tratadas em reuniões com os pais no projeto “Jardim em Movimento”, dando seguimento com a inserção de aulas de Ballet e Aikidô.

Conforme o PPP da escola as professoras regentes e parceiros da escola trabalham em conjunto, com atividades que proporcionam o convívio familiar e escolar, desenvolvimento motor, físico e mental, a melhoria da autoestima, o companheirismo, a autoconfiança e a fraternidade, para uma vida equilibrada e saudável dos alunos.

O projeto “No Jardim, Brincadeira é coisa séria” tem como objetivo incentivar e enriquecer o trabalho das professoras regentes, com jogos e brincadeiras lúdicas. Um dia na semana é destinado a essas atividades corporais, em uma quadra de esportes perto da escola. Esse trabalho é realizado por uma professora parceira da escola. As turmas são acompanhadas por suas respectivas professoras, a coordenadora e outros profissionais, que ajudam no deslocamento até o local.

A escola ainda conta com o projeto “Canta Jardim” com aulas de música, ministradas por um professor parceiro da escola. O “Jardim Digital” é outro projeto com aulas de informática, conduzidas por uma professora regente. Os projetos da escola se complementam, articulando o saber e o brincar de forma lúdica em espaços que proporcionam o desenvolvimento e a aprendizagem.

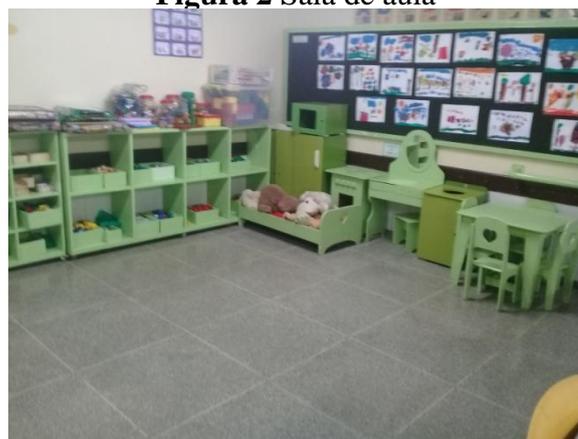
O jardim tem uma boa estrutura física, conta com cinco salas de aula bem equipadas, banheiros e lavatórios adequados as idades das crianças.

Figura 1 Sala de aula



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

Figura 2 Sala de aula



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

A escola conta com uma ampla entrada, sala de recurso, parque de areia equipado com brinquedos apropriados para as crianças, laboratório de informática, cozinha, sala da secretária, sala da direção, sala dos professores e um espaçoso pátio.

Figura 3 sala dos professores

Fonte: Arquivo pessoal (2017)

Figura 4 Pátio da escola

Fonte: Arquivo pessoal (2017)

O pátio é um dos lugares mais utilizados da escola, nesse são feitas as acolhidas às crianças, apresentações e festas. O jardim se apropria muito de peças teatrais, circuitos esportivos e danças para educar e conscientizar. Esses momentos proporcionam interação entre todos os alunos juntamente ao corpo docente, diretora, vice-diretora, pibidianas, monitor, faxineiras, merendeiras, porteiro, educadores sociais, auxiliares, parceiros da escola e pais. Uma equipe interativa, disposta a sempre promover o melhor para as crianças.

É importante destacar o envolvimento da diretora em todas as atividades escolares, sua ética e compromisso com o bem-estar, aprendizagem e desenvolvimento dos 236 alunos, que estão inseridos em dez turmas. O corpo docente é constituído com dez professoras, cinco são efetivas e cinco com contrato temporário na escola pública, quatro participaram dessa pesquisa. O quadro a seguir mostra o perfil dessas professoras¹:

Professoras do Jardim de Infância				
Professora	Formação Acadêmica	Tempo de formação acadêmica	Tempo de experiência	Período da Educação Infantil em que leciona
Carmem	Pedagogia	3 Anos	3 Anos	1º Período (1ª vez)
Cintia	Pedagogia	11 Anos	11 Anos	1º Período

¹ Os nomes das professoras são fictícios para preservar o seu anonimato.

Ana	Antigo Magistério em 1975 e Pedagogia anos depois.	31 Anos	10 anos em escolas particulares e 21 anos na secretária de Educação do Distrito Federal.	1º Período
Luiza	Antigo Magistério, Pedagogia e Psicopedagogia.	15 anos	22 anos	2º Período

Fonte: ÂNGELO, Juliana (2017)

A professora Carmem, da sala observada, é contrato temporário, tem três anos formação e experiência na profissão. Os alunos dessa classe são do primeiro período somando ao todo vinte e cinco, com idades entre quatro e cinco anos. O capítulo a seguir traz o relato das professoras, colhidos nas entrevistas e questionários, a descrição da observação da sala de aula, assim como a análise dos relatórios semestrais, uma triangulação entre o que propõe o Currículo em Movimento do Distrito Federal, e o que dizem os teóricos da área.

ANÁLISE E DISCURSSÃO DOS DADOS

3. Percepções e práticas avaliativas no Jardim da Infância

O capítulo a seguir traz o relato das entrevistas e questionários com as professoras referente a suas percepções sobre o ato de avaliar na Educação Infantil, seus critérios, estratégias, instrumentos e resultados. Compreende ainda as dificuldades de avaliar na prática de uma professora da Educação Infantil, especialmente com base na análise de relatórios descritivos, apontando os desafios e contribuições da avaliação formativa na Educação Infantil.

3.1 Concepções das professoras sobre o ato de avaliar na Educação Infantil

É importante considerar que as entrevistas foram realizadas no ano 2017 com as professoras Carmem e Ana. Os questionários foram aplicados nesse mesmo ano e respondidos pelas professoras Cintia a Luiza. A primeira questão da entrevista e do questionário se refere à compreensão da avaliação na Educação Infantil.

Para a professora Carmem, essa avaliação é realizada por meio do acompanhamento e registros das atividades cotidianas das crianças, no caso do relatório descritivo, a mesma realiza antes atividades diagnósticas com os alunos. Referente a essas atividades ela relata que: “é mais para ter certeza do que eu vou escrever, mas aquilo ali eu já percebo nos registros e acompanhamento que faço diariamente”. (Fala da professora Carmem, entrevista)

A professora Ana, relata que a avaliação na Educação Infantil é realizada por observação, a mesma relata que os alunos:

Já trazem uma bagagem de casa, ele sempre traz porque hoje em dia as crianças estão muito evoluídas, tudo é a mídia e os próprios pais também já passam muita informação pra criança. Então ele já chega com bastante informações, depois de algum tempo ele vão adquirindo com a gente mais o cognitivo, como escrever o seu nome, o seu pré nome, identificar, reconhecer o sobrenome. (Fala da professora Ana, entrevista).

A professora Ana ainda constata que o desenvolvimento pode acontecer com o passar dos meses ou de acordo com a capacidade do aluno, pois cada criança tem o seu tempo de aprendizagem, algumas aprendem com mais facilidade e outras não.

A professora Cintia comenta que a avaliação na Educação Infantil é uma etapa com o objetivo de auxiliar o processo de ensino e aprendizagem das crianças. “É um olhar sobre aspectos que facilitam ou dificultam o desenvolvimento da criança (...) uma avaliação diária que está presente em todo momento” (Professora Cintia, questionário).

Uma avaliação conforme cita Hoffmann (2015) deve ser sem julgamento, mas que acompanhe o percurso de vida da criança, ocorrendo mudanças em múltiplas dimensões e favorecendo o desenvolvimento. Esse acompanhar vai além de ficar ao lado, é perceber a criança em suas necessidades, estando atendo ao seu modo de ser, estar, agir e aos seus sentimentos, ações e emoções. São por meio desses modos, que o professor desvenda constantemente os questionamentos que estão presentes na aprendizagem.

Nesse sentido, as professoras do jardim divergem em alguns momentos na utilização de instrumentos e estratégias para avaliar, apesar de considerarem que esta avaliação deve ser por meio da observação diária. A professora Carmem, diz que faz o acompanhamento do cotidiano da criança com registros para a realização dos relatórios. Ela também utiliza uma avaliação diagnóstica com cada criança, para certificar se seus registros estão devidamente corretos. Já as professoras Cintia e Ana não mencionam a avaliação diagnóstica, mas dizem que fazem o uso dessa avaliação diária, que se mostra a todo tempo. Uma avaliação que para elas reflete sobre as facilidades e dificuldades na aprendizagem das crianças.

Essa concepção de avaliar com base na observação é coerente com o que Hoffmann cita:

[...] a avaliação na Educação Infantil tem por base a observação permanente das crianças no cotidiano e a aproximação dos professores com sua diversidade sociocultural, à luz de suas próprias representações, teorias, experiências profissionais e de vida. (HOFFMANN, 2015, p. 30).

Nesta perspectiva, a avaliação considera sim a observação do cotidiano como diz a professora Luiza, mas é importante atentar para o que diz Hoffmann, isto é, que essa observação também tem por base as experiências profissionais e de vida dos professores, assim como as teorias que fundamentam a sua prática.

3.2 A avaliação utilizada no Jardim de Infância: instrumentos, estratégias e critérios

Apesar das professoras não conceituarem os termos avaliação diagnóstica e formativa, fica implícito em suas falas, que essas formas de avaliar são consideradas. Uma vez que, mencionam a observação no processo de aprendizagem das crianças, e essas chegam à escola com conhecimentos construídos nas interações com seus pais e outras pessoas.

Perguntei à professora Carmem o que seria a avaliação formativa (pergunta que não estava no roteiro, mas senti a necessidade de fazer, pois as professoras entrevistadas até então não tinham mencionado explicitamente a palavra formativa). Ela respondeu que considera

esse tipo de avaliação como descritiva, entendendo que são os relatórios. Mas ela também relata que a avaliação formativa é:

Aquela que a gente já tem o modo de ser feito, por exemplo, no caso a avaliação daqui é o relatório, o formato que é passado da secretaria, então aqui não tem as avaliações mesmo nacionais que também entram nessa avaliação formal, então a formativa daqui, por exemplo, é o relatório. (Professora Carmem, entrevista).

Entendo que a professora compreende a diferença entre avaliação formativa e classificatória quando compara as tradicionais avaliações nacionais as formais. Ela associa a avaliação formativa ao relatório descritivo, mas é motivo de preocupação o fato da secretaria oferecer um formato pronto para este relatório. Como as professoras da escola estão recebendo esse roteiro para elaboração do relatório? Como algo fixo, imposto e determinante, ou como uma orientação, um parâmetro? Será que existe uma reflexão sobre esse formato que vem da secretaria por parte das professoras na escola? Qual autonomia das professoras na elaboração destes relatórios? Estes questionamentos foram suscitados com esta fala, e merecem outra investigação.

O professor pode utilizar atividades pré-estabelecidas, para a obtenção de resultados qualitativos e descritivos. Mas é preciso entender que todas as atividades que compreendem a avaliação formativa estão sujeitas a mudanças durante o processo de ensino e aprendizagem. Esta avaliação deve estar voltada para a progressão do aluno e a verificação da aprendizagem, ou seja, além de conteúdos conceituais ela também deve compreender as habilidades e a relação da criança com o meio. Uma avaliação interventiva de reconhecimento, que não visa notas ou reprovação, um processo construtivo de colaboração entre todos os envolvidos.

Por isso, “a avaliação formativa requer comprometimento do professor com relação às aprendizagens dos alunos”. (VILLAS BOAS, 2013, p.167). E neste sentido, a autora acredita que: “Os documentos orientadores do trabalho pedagógico das escolas da rede pública de ensino do DF declaram seu compromisso com a avaliação formativa”. (VILAS BOAS, p. 171, 2013).

Quando questionada se existe outra avaliação além da formativa na Educação Infantil, a professora Carmem responde: “A gente não fica só com uma, porque diariamente a gente faz a diagnóstica. Você tá ali acompanhando o desenvolvimento da criança, a participação da criança nas atividades, então ocorre uma avaliação diária e contínua”. (Fala da professora Carmem, entrevista). A impressão que se tem é que a professora confunde a avaliação diagnóstica da formativa, já que a diagnóstica faz parte da formativa.

De fato, a professora Carmem faz a avaliação diagnóstica quando aplica atividades com pré-requisito para a construção dos relatórios. Além de Carmem, a professora Luiza diz fazer uso dessa avaliação no começo e no final do processo de ensino e aprendizagem. Lembrando que esta avaliação diagnóstica será, com certeza, um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência e crescimento para a autonomia. (LUCKESI, 2005).

Assim, é importante considerar o valor da avaliação diagnóstica para a aprendizagem, mas não se prender a ela, pois ela não mostra o percurso do processo de ensino e aprendizagem. Existe um equívoco em falar que a avaliação diagnóstica por si demonstra os caminhos que levaram ou não a aprendizagem. É necessário que a avaliação diagnóstica esteja associada a outras formas de avaliar, como a avaliação formativa, que permite reconstruir, ampliar, recomeçar e evoluir, ressignificando as atividades propostas por meio de seus resultados.

Os relatórios, segundo a professora Carmem, são lidos pela coordenadora para verificar se condiz com o desenvolvimento da criança. Algumas alterações são feitas, como a adequação ortográfica. Isto é passível de um questionamento: Como uma pessoa (coordenadora) tem condições de avaliar o desenvolvimento de uma criança sem estar acompanhando o seu processo diário de aprendizagem?

Para a professora Carmem os critérios utilizados para a escrita dos relatórios são as linguagens do Currículo em Movimento da Educação Infantil do Distrito Federal. Ela ainda complementa: “E ai a gente olha. Ah! Ele alcançou esse objetivo. Então, é um critério para o que alcançou ou não, porque na Educação Infantil a gente pensa, assim como em todas as outras áreas, que a criança tá sempre em desenvolvimento, então é contínuo” (Professora Carmem, entrevista). A mesma ainda cita que essa avaliação por meio de relatórios é mais para saber a continuação do ensino, avaliar as competências das crianças e ter os resultados de suas dificuldades, para depois serem trabalhadas.

Um exemplo do que consta nos relatórios descritivos é citado por Ana:

Os critérios usados são também registros, por exemplo, hoje eu fiz uma atividade que era escrever de um até cinco e fazer o desenho das quantidades. Tiveram dois alunos que fizeram sem dificuldade, copiaram do quadro, mas fizeram sem dificuldade e correto. Já outros necessitaram de muita ajuda, alguns necessitaram de pouca ajuda. Essa avaliação ela é feita tanto pela observação como pelo registro [...] (Professora Ana, entrevista).

A professora Cintia também comenta que a observação é o principal critério para avaliar. Para ela, a avaliação é um processo contínuo, na qual os educadores proporcionam a criança situações para vivenciar variadas experiências. De acordo com o Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal:

[...] na Educação Infantil a avaliação se dá principalmente pela observação sistemática, registro em caderno de campo, fichas, questionários, relatórios e reflexão, portfólios (exposição das produções das crianças), autoavaliação para as crianças maiores (importantíssima para a tomada de consciência da criança de seu momento de aprendizagens e desenvolvimento), entre outros. (DISTRITO FEDERAL, 2013, 75).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Jardim, diz que a avaliação deve contemplar a evolução do grafismo por meio dos desenhos que as crianças fazem no último dia de cada mês na “sanfona do grafismo”. Um caderno que permite observar a evolução gráfica de desenhos, o desenvolvimento e o crescimento dos alunos.

Outra atividade avaliativa citada no PPP é o Teste da Psicogênese na Educação Infantil, inserido para saber o nível da escrita do aluno. Esse teste é aplicado individualmente pelo professor regente ou pela coordenação. Sua realização é feita com o “ditar” das palavras em até, duas ou três vezes, certificando que a criança compreendeu o que foi emitido. As palavras do teste são aquelas que estão presentes na rotina da criança em sala. São elas: uma monossílaba, dissílaba, trissílaba e polissílaba. Segundo o PPP, com essa atividade a professora poderá organizar melhor seu trabalho e acompanhar a construção do letramento das crianças.

O PPP ainda cita que o contato com as famílias é feito de forma que estabelece o compromisso de todos com a avaliação formativa. O conselho de classe consta no PPP como uma avaliação realizada ao final de cada semestre, para identificar o que as crianças aprenderam ou não e propor intervenções de progresso.

Atualmente a forma de avaliação sugerida pela SEDF e que vem sendo realizada nesta Instituição Educacional, é a Avaliação Pedagógica/Reunião com a comunidade escolar. Temos realizado todas e com êxito. Há um bom aproveitamento por parte de todos nós, gerando momento de avaliação do trabalho que vem acontecendo, quando acontece também o levantamento de propostas para o nosso aperfeiçoamento. Para este ano, foram previstas no Calendário Oficial três avaliações Pedagógicas do Semestre com a Reunião de toda a comunidade escolar (Dia Letivo Temático). Projeto Político Pedagógico do Jardim (2017).

O PPP ainda especifica os objetivos das aprendizagens nas diversas linguagens usadas, as atividades que serão desenvolvidas (permanentes e diversificadas), as estratégias de

avaliação para a aprendizagem, cronograma de trabalho e os recursos didáticos usados. Entre as atividades permanentes estão: a roda de conversa e os combinados. As atividades de rotina são: o calendário, o envio de obras literárias, as tarefas de casa, as produções artísticas, histórias, colagem, pintura, desenho livre, recorte e reconto da história lida.

Nas estratégias de avaliação se encontram: a observação diária, avaliação processual, teste da psicogênese, livro do grafismo, pasta de literaturas, relatório descritivo individual do aluno e o caderno de registros.

A avaliação é uma ferramenta de melhoria e democratização da educação. Desta forma, a avaliação se torna um processo pelo qual a escola se conhece, alcançando, com compreensão contextualizada, tudo que nela está acontecendo. O importante é que a avaliação faça parte do cotidiano de todos na instituição, não apenas na relação professor/criança. É de interesse comum que o processo de execução de metas passe por avaliações periódicas, a fim de verificar aspectos positivos e negativos, com o objetivo de melhorar cada vez mais. Ainda busca o autoconhecimento e elementos para tomadas de decisões, identificando esses acertos e insuficiências, vantagens e dificuldades. Com isso reforçamos as estratégias que dão certo e esquecemos as que mal funcionam e elaboramos novas alternativas para introduzir novos caminhos. Projeto Político Pedagógico do Jardim (2017)

A avaliação no contexto escolar se torna uma aliada para a aprendizagem e o trabalho docente. É importante frisar, que nem todas as professoras destacaram a relação das atividades permanentes com a avaliação, e nenhuma não mencionou sobre o teste da psicogênese, o livro do grafismo, e a pasta de literaturas.

3.2 A utilização dos resultados da avaliação formativa

Uma das questões procurou compreender o que é feito com os resultados das avaliações realizadas em sala de aula. A professora Carmem relata que os resultados das avaliações são passados para os pais lerem. Constata ainda, que durante a reunião coletiva entre o corpo docente, a direção e a coordenação são trocadas experiências para adequação de atividades, procurando almejar os resultados esperados. São levantados questionamentos sobre como será realizado o trabalho e o que fazer a partir do que foi notado em sala de aula.

Quando questionada sobre a apropriação dos resultados, a professora cita que depende das necessidades de cada professor e dos alunos. Ela relata que a diretora faz a leitura de cada relatório descritivo, e em seguida a devolução com algumas sugestões para alcançar melhores resultados. A professora termina seu relato da seguinte forma: “Porque a gente sabe que cada criança tem o seu tempo, mas a gente também tem o tempo esperado, porque se não a gente nem trabalharia com objetivos [...]”. (Professora Carmem, entrevista). Essa postura da diretora e da professora nos parece positiva e propositiva. Elas dão um sentido ao relatório quando

vinculam a própria organização do trabalho pedagógico. Aqui o relatório está servindo para promover uma reflexão sobre a prática da professora e promover mudanças necessárias, a fim de alcançar melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo a professora Cintia, é por meio da avaliação que são detectadas as dificuldades e/ou crescimento da criança. Completa relatando que isto permite auxiliar o aluno conforme o ritmo da aprendizagem ou encaminhando-o a outros profissionais, dentro ou fora da escola. Segundo a professora Luiza, com os resultados é feito um diagnóstico inicial e final da turma, assim como o relatório individual de cada criança.

Por outro lado, outro posicionamento inquietante é o da professora Ana quando faz o seguinte relato: “Não necessariamente, individualmente a gente não se apropria, até a gente entregar os relatórios que vão ser arquivados na pasta individual de cada aluno”. (Professora Ana, entrevista). Isso diverge das falas das outras professoras, que parecem se apropriar do relatório como um instrumento de reflexão.

Na avaliação formativa, os resultados podem ser alcançados no meio do processo de ensino aprendizagem, permite adequar e reorganizar as atividades, pois é uma avaliação de retorno contínuo. As atividades realizadas em sala pelas professoras são bases para descrever os relatórios semestrais, para os pais lerem ou identificarem algum problema de aprendizagem. É importante que o professor se aproprie desses resultados, para o planejamento de ensino, que Luckesi cita ser:

[...] a previsão inteligente e bem articulada de todas as etapas do trabalho escolar que envolvem as atividades docentes e discentes, de modo que torne o ensino seguro, econômico e eficiente. É a previsão das situações específicas do professor com a classe. É o processo de tomada de decisões bem informadas que visam à racionalização das atividades do professor e do aluno, na situação ensino-aprendizagem, possibilitando melhores resultados e, em consequência, maior produtividade. (LUCKESI, 2005, p. 113).

Os resultados das avaliações são importantes para acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. Auxiliar o professor na elaboração e adequação de novas avaliações, nesse sentido os resultados são voltados para o professor e para o aluno. Os pais precisam interagir com a escola para conhecerem como se dá a construção de um relatório descritivo e a sua importância para a aprendizagem das crianças. Durante esse caminho de construção o professor pode se deparar com algumas dificuldades para avaliar.

3.3 As dificuldades em avaliar na Educação Infantil

As professoras também revelaram algumas dificuldades em avaliar na Educação Infantil. A professora Carmem relata que há dificuldade, “o trabalho que a gente faz é muito lúdico, então tem muita coisa que não dá para ser avaliado, assim escrito (...) quando a gente escreve ali, a gente tem que ter muito cuidado com isso mesmo, porque, às vezes perde muito do que a criança é”. Para Carmem, ao ler o relatório às pessoas idealizam o que a criança venha a ser, por isso esse cuidado com a escrita dos relatórios. Ela acredita que essa ainda seja a melhor maneira de avaliar, descrevendo o que a criança realmente é. Concordo com a professora Carmem, de que é necessário ter muito cuidado ao escrever em um relatório descritivo, pois tanto os pais, quanto as crianças e até mesmo os outros professores, poderão tomar aquilo como uma verdade incontestável, como algo imutável. Por isso, nunca se deve dizer que a criança “é isto ou aquilo”, é melhor dizer que naquele momento ela apresentou-se dessa ou daquela forma.

Muitos professores reclamam da dificuldade em avaliar com um número elevado de alunos em sala. Em relação a essa questão, a professora Carmem relata que atrapalha, principalmente quando o trabalho é individualizado.

Quanto menos alunos na sala você consegue realizar um trabalho mais próximo, mais perto, você tá vendo ali, você tá podendo fazer uma avaliação mais precisa. Então acaba que atrapalha na avaliação mesmo, porque atrapalha no nosso desenvolvimento. Se a sala tem menos crianças, você consegue ter um controle maior da turma, está mais próximo de tudo, vendo cada detalha do que tá acontecendo com cada criança. Com os vinte e cinco alunos na turma fica difícil avaliar a participação dele naquela atividade, de fazer intervenções para que você obtenha mais itens para avaliar. (Professora Carmem, entrevista).

Para a professora Carmem a avaliação cotidiana é um pouco falha, motivo pelo qual realiza atividades diagnósticas no final do bimestre. Já a professora Ana considera que não há dificuldade em avaliar na Educação Infantil, porque observa o crescimento, amadurecimento dos alunos e a aprendizagem. Quando questionada se a quantidade de aluno atrapalha, a professora relata que sim de modo geral no desenvolvimento cognitivo da criança, porque elas são muito pequenas. Com menos alunos poderia ser mais dedicada e atenciosa.

A professora Luiza relata que não existe dificuldade em avaliar na Educação infantil, assim como a professora Cintia. Não existe dificuldade, “mas deve-se ter um olhar atento para tudo que acontece, pois cada criança tem um desenvolvimento diferente” (Professora Luiza, questionário).

O professor realiza mais que um planejamento, uma ação pedagógica. Hoffmann (2015) cita que sem essa ação não há a complementação do ciclo da avaliação no que se refere a sua continuidade de ação-reflexão- ação. As dificuldades das professoras em avaliar estão na elevada quantidade de crianças que atrapalham a percepção do professor em relação a cada uma.

Hoffmann (2008, p. 43) confirma o que as professoras reclamaram, quanto ao elevado número de alunos, “conhecer e acompanhar, verdadeiramente, hipóteses, interesses, necessidades, ritmos de cada aluno é um grande desafio quando as turmas são numerosas e o tempo do professor com eles é pequeno e fragmentado”. Existe a preocupação das professoras em descrever um relatório abrangente e exemplificado, que relate de fato o que ocorreu durante o processo de ensino e aprendizagem. Considerar a criança e suas necessidades é melhor que descrever seus atos desassociados como uma obrigação.

Avaliar é construir estratégias de acompanhamento da história que cada criança vai construindo ao longo de sua vivência na instituição e fora dela, participando dessa história. O desenvolvimento se dá nas crianças em ritmos evolutivos por meio de uma exploração ativa e incessante do meio. (HOFFMANN, 2015, p. 38).

É preciso ver a criança em todos seus modos e relações. “Não há como se falar em ação avaliativa, como acompanhamento e mediação, desvinculando-a do cotidiano da ação educativa e da dinâmica a construção do conhecimento” (HOFFMANN, 2015, p. 45). Quando as professoras desapegam da descrição e falam sobre a observação, as dificuldades parecem desaparecer ou quase não existir. A observação precisa ser associada aos registros diários, para que não se percam momentos importantes. A observação é própria do professor, é ele quem observa o desenvolvimento dos alunos e faz as considerações necessárias.

As professoras, até consideraram que a avaliação na Educação Infantil é realizada com base nos relatórios, mas citam apenas algumas atividades. Enquanto o Projeto Político Pedagógico da escola demonstra um avaliar vasto com a proposta formativa, destacando a importância das atividades avaliativas para a aprendizagem e prática pedagógica do professor.

3.5 A prática pedagógica: o que diz?

A sala observada contém vinte e cinco alunos, a professora regente tem três anos de profissão, sendo essa a sua primeira experiência em escolas da rede pública de ensino. Ela planeja suas aulas com antecedência nos horários da coordenação. A aula começa com uma conversa em roda em que cada aluno relata como foi o seu dia anterior, contam as novidades e

histórias.

A professora Carmem dá oportunidade para todos os alunos falarem. Logo após uma criança é escolhida para contar quantas meninas há na sala e fazer a representação por meio de números e desenhos no quadro. O mesmo é feito com os meninos e depois a professora faz a soma do total com ajuda das crianças. O próximo momento é o estudo do calendário, a professora pergunta para os alunos o dia, a data, o mês e o ano. Ainda em roda, a professora faz alguma atividade do reconhecimento do nome, letras e números, como no exemplo a seguir:

Figura 5 Números



Fonte: Arquivo pessoal

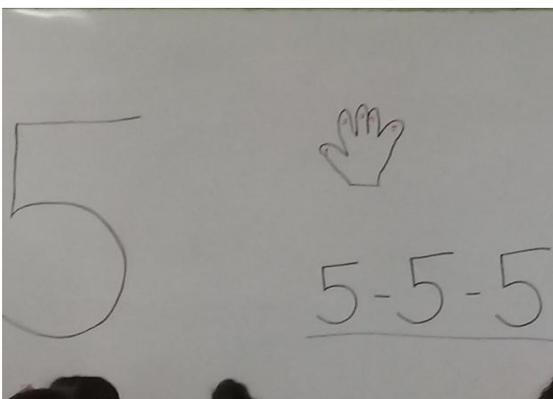
Figura 6 Associação das letras e número



Fonte: Arquivo pessoal

Essa atividade começa com os alunos achando a ficha do seu nome, em seguida contam as letras e associam a quantidade ao numeral. Uma atividade avaliativa que permite acompanhar a evolução do desenvolvimento dos alunos e suas aprendizagens. A imagem abaixo mostra como a professora Carmem introduz um novo conteúdo:

Figura 7 Representação da professora



Fonte: arquivo pessoal da autora (2017)

Figura 8 Representação dos alunos



Fonte: Arquivo pessoal

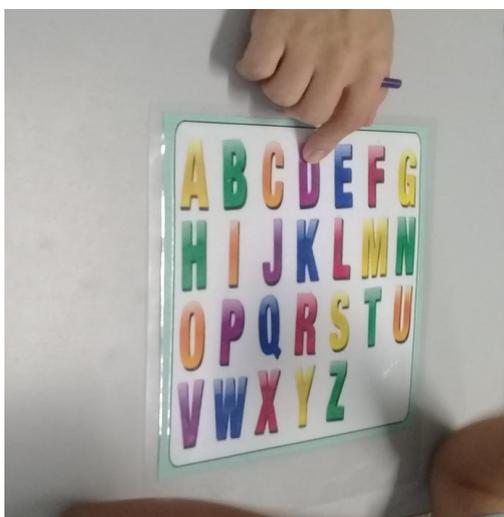
As atividades eram em grupos com quatro alunos, sendo um por vez para facilitar o trabalho e o desenvolvimento das tarefas. A professora Carmem se cerca de várias possibilidades de ensinar, principalmente quando observa alguma dificuldade por parte das crianças, na qual é importante destacar o seu compromisso.

Em uma das atividades de escrita do nome, chamou atenção a preocupação incessante da professora em ajudar as crianças. De início, ela espalhou as fichas dos nomes e pediu para que cada criança pegasse a sua. Logo após elas escreveram seus nomes em uma folha em branco. Essa é uma atividade que a professora avalia a escrita do nome, reconhecimento das letras e números. Aqueles que tinham alguma dificuldade eram auxiliados pela professora, que fazia questão de ensinar. Essas atividades também são uma forma de observação diária que a professora faz. Para Hoffmann:

Observar, pensar e dar continuidade às ações educativas é bem diferente de observar o grupo para ver se as crianças gostaram ou não da atividade, agiram ou não de determinada maneira, se alcançaram ou não os “resultados” esperados pelo professor ao término de uma situação proposta. (HOFFMANN, 2015, p. 51).

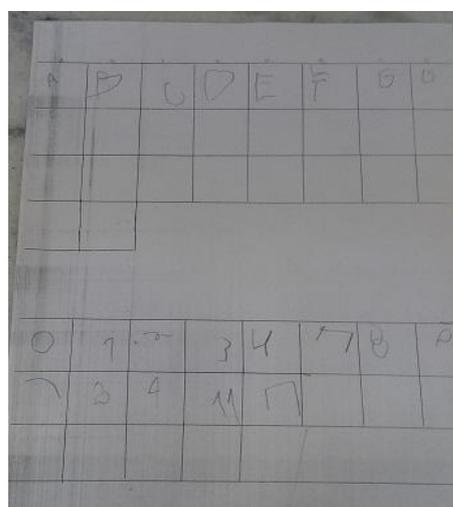
Quando necessário, a professora Carmem retoma os conteúdos, fazendo uma nova explicação ou criando novas atividades. Ela sempre faz essa intervenção mediadora, que busca facilitar a compreensão das crianças, para que ocorra a aprendizagem necessária. A postura da professora Carmem em sala proporciona maior interação entre ela e os alunos, o que facilita na avaliação e aprendizagem. Ela faz o uso de atividades avaliativas específicas para a construção dos relatórios descritivos, conforme as imagens a seguir:

Figura 9 Identificação das letras



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

Figura 10 Escrita das letras e números



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

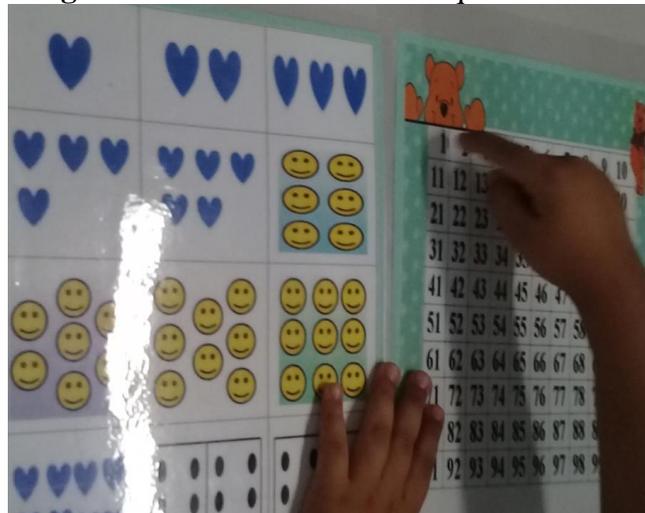
A primeira atividade inserida em sala foi a identificação das letras do alfabeto, a professora indicava a letra sem estar na sequência alfabética e os alunos falavam seus respectivos nomes. A professora auxiliava os alunos quando não sabiam responder, perguntando se realmente era aquela letra, emitindo o seu som. Na outra atividade os alunos contavam em sequência os números, logo após a professora perguntava, aleatoriamente, quais eram. A escrita das letras era feita na sequência com a mediação da professora, assim como nos números. Depois ela fez o reconhecimento das quantidades, por meio da contagem e associação ao numeral.

Figuras 11 Identificação dos números



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

Figura 12 Reconhecimento das quantidades



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

A associação da quantidade ao numeral foi feita aleatoriamente com a mediação da professora. É relevante citar que alguns alunos tinham uma noção de contagem numérica até trinta, fato associado ao estudo de todos os dias do calendário. Contudo, a professora pedia somente até onde as crianças soubessem contar. A atividade dos tamanhos permite que os alunos identifiquem o formato, assim como as cores e seus tons (claro e escuro). As formas eram separadas por tamanhos (grande e pequeno).

Figura 13 Identificação de formas e cores

Fonte: Arquivo pessoal (2017)

Figura 14 Separação de tamanhos

Fonte: Arquivo pessoal (2017)

Todas as atividades foram realizadas individualmente e registradas em um caderno pela professora. As atividades permanentes como está no Projeto Político Pedagógico da escola visam a avaliação formativa. A professora Carmem na entrevista traz essa avaliação por meio de relatórios, como relatado no tópico a seguir.

3.6 Análise dos relatórios descritivos

Os relatórios são individuais e de acompanhamento, trazem situações da aprendizagem dos alunos frente às áreas ou dimensões trabalhadas. O formato do relatório é padrão para todas as professoras, mas a forma de avaliar é de cada uma. A professora Carmem relata de modo geral o cotidiano dos alunos. Ela comenta sobre os sentimentos que as crianças demonstram em sala, por exemplo, o carinho e a alegria, assim como a relação entre elas.

Constata-se que a criança necessita de estímulos da professora para realizar as tarefas, bem como a concentração e a organização dos alunos. Outro ponto destacado é o comportamento da criança em sala, o respeito com os colegas e professora, o cumprimento ou não das regras em grupo, interesse ou desinteresse nas atividades propostas e o brincar fora de hora. O desenvolvimento da autonomia e formas de agir em sala, tais como, a sensibilidade, a responsabilidade com os deveres, os materiais coletivos e individuais. Em um dos relatórios a professora faz a seguinte ponderação:

É uma criança esperta, mas precisa escutar algumas regras de convívio social e limites, não aceita “não como resposta”. Demonstra-se irritado quando ver conflito, resolve-os por meio do diálogo ou solicita ajuda da professora. Insatisfação por meio

do cheiro, aluno assíduo, aprecia os momentos de ouvir histórias, brinca no parque e manusear massinha de modelar. Possui dificuldade em desenvolver atividades, é dependente da professora, mas realiza a atividade, apesar de apresentar desânimo e lentidão. Age de forma respeitosa, esperando sua vez de falar. Vem demonstrando mais confiança na professora e cumpre as regras de convívio. (Trecho do Relato da professora Carmem).

Essa parte de um dos relatórios mostra a forma que a professora descreve a criança e suas relações. Faz considerações referentes ao corpo em movimento e o desenvolvimento da criança, por exemplo, se a criança possui coordenação motora ampla para correr, pular, escorregar, subir e descer dos brinquedos sem ajuda. Mas me preocupa quando a professora faz afirmativas, como por exemplo: “é uma criança...”. Como já foi dito, os pais podem tomar isto como uma característica da criança que é imutável, entretanto o comportamento das crianças também é influenciado pelo que elas vivem, e se estiverem passando por alguma situação problemática em casa, esse comportamento muda. Ficaria melhor, se escrevesse: “a criança demonstrou esperteza esse semestre”.

Na parte cognitiva, é destacada a sequência numérica, o que o aluno consegue contar oralmente, reconhecimento de cores e formas geométricas. Identificação da ficha do próprio nome e a grafia sem auxílio da professora. O desenvolvimento das noções de números e letras, assim como as dificuldades ou facilidade para contar.

Em outra parte do relatório a professora descreve a participação das crianças nos projetos desenvolvidos pela escola. A mesma finaliza os relatórios com considerações sobre a participação da família e a aprendizagem dos alunos.

É importante que a família continue incentivando-o a realizar as atividades e orientando-o no que for necessário, adotando o hábito saudável de valorizar cada conquista para que ele possa superar possíveis dificuldades. O aluno encontra-se em processo de aprendizagem em que o desenvolvimento acontece de forma a respeitar o tempo e a maturidade (Trecho do Relato da professora Carmem).

O relatório deve ser reflexivo, claro e de acompanhamento sobre os momentos vividos da criança no ambiente escolar. Os registros são relatos diários, que dão suporte para a construção dos relatórios. Para Hoffmann (2015, p. 106), “a observação diária é o primeiro passo para o acompanhamento, acompanhada de pequenas anotações sobre as crianças observadas, podendo-se registrar algumas situações ocorridas por meio de foto e vídeos [...]”. A professora Carmem, faz o uso dessas pequenas anotações como registro de momentos durante as aulas. As anotações, permitem analisar sequencialmente os fatos ocorridos do

desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Responder aos questionamentos e registrar os momentos para que não se percam durante a elaboração dos relatórios.

Ao registrar o que observa, diariamente, cada professor reflete sobre a evolução do seu próprio trabalho e sobre suas propostas pedagógicas. O que escreve, como escreve e sobre quem escreve são reflexos daquilo que faz, de como faz, de como pensa sobre cada criança, de como pensa sobre o currículo, sobre questões afetivas e atitudinais, entre outros. (HOFFMANN, 2015, p. 112).

A professora Carmem faz essas reflexões acerca de suas ações pedagógicas criando, recriando e reformulando para promover a aprendizagem. Esses registros diários são um conjunto de informações sobre o agir pedagógico. Na concepção de Hoffmann (2015, p. 112) “[...] os relatórios de avaliação representam a análise e a reconstituição da situação vivida pelo professor na interação com as crianças”. Os relatos dos registros para compor os relatórios, devem demonstrar questões e situações que permitam acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

Falar da avaliação na Educação é questionar-se constantemente sobre o processo de aprendizagem. Hoffmann (2010, p. 23), constata que, “o maior dentre os desafios é ampliar-se o universo dos educadores preocupados com o “fenômeno avaliação”, estender-se a discussão do interior das escolas a toda sociedade [...]”. É importante refletir acerca da avaliação, pois para Vasconcellos (1998, p. 29), “mais que um programa a ser cumprido, há um desafio a ser vencido: proporcionar a efetiva aprendizagem e desenvolvimento dos alunos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fazer as considerações finais é necessário lembrar os objetivos dessa pesquisa participante. O objetivo geral foi: compreender como a avaliação formativa tem contribuído na promoção dos processos de aprendizagem de crianças de uma turma da Educação Infantil no Distrito Federal. Para chegar a esse objetivo foi necessário traçar alguns objetivos específicos: discutir as bases teóricas da avaliação na Educação Infantil; conhecer características da avaliação na Educação Infantil em documentos curriculares do Distrito Federal; conhecer o tratamento dado a avaliação em uma escola de Jardim de Infância e analisar a prática avaliativa de uma professora em uma escola do Jardim de Infância.

Por meio da inserção na escola e análises das entrevistas, questionários e observação acredito que os objetivos foram alcançados. As considerações a seguir não finalizam os conhecimentos sobre essa temática, mas tecem pontos importantes sobre os fatos constatados nessa pesquisa. As professoras demonstram em suas falas a importância de avaliar na Educação Infantil, defendem a avaliação realizada no cotidiano da sala de aula por meio das observações e anotações diárias. Utilizam, ainda que timidamente, a avaliação como reflexão para a elaboração de elementos do planejamento e replanejamento de ações pedagógicas, assim como a adequação dos instrumentos avaliativos às necessidades dos alunos, para que ocorra a aprendizagem.

As professoras evidenciam em seus discursos a preocupação com o aprender das crianças e o uso da avaliação diagnóstica e formativa no processo de ensino e aprendizagem. Porém as professoras de um modo geral, não utilizam o termo, avaliação formativa em seus discursos, apenas deixam implícitos em seus relatos indícios de seu uso.

O uso da avaliação formativa foi evidenciado em sala de aula a todo o momento pela professora observada. Quando ela percebe que não ocorreu a aprendizagem esperada, cria novas atividades para buscar o desejado. Faz anotações cotidianas sobre atos ou ações que considera importantes para os relatórios. Há uma preocupação com os relatórios tanto pela professora quanto pela coordenação da escola. As aprendizagens diárias são bastante consideradas.

Foi possível averiguar que há uma maior preocupação com o desempenho dos alunos para a elaboração dos relatórios descritivos. Em alguns momentos, parece que as professoras fazem uso da observação, que é uma estratégia da avaliação formativa, mais para elaborar os relatórios descritivos, que são exigência do sistema escolar no DF. Um fato que implica nessa concepção é percepção da professora Carmem, quando relata que a avaliação formativa é

aquela que já vem pronta, ou seja, que já tem um formato definido. Nesse sentido, ela compara o relatório descritivo com o formativo.

Os relatórios descritivos são formativos sim, mas não pelo fato de terem uma configuração pronta. Eles trazem relatos de todo um processo avaliativo formativo, construído em sala de aula, durante o semestre, nesse sentido configuram-se também como diagnósticos. Uma vez que a avaliação formativa contribui na organização dos processos de ensino e aprendizagem como base para o planejamento, afim de almejar os objetivos traçados para que ocorra o aprender necessário, proporcionando a reorganização e adequação em qualquer momento, considerando a criança e suas reais necessidades.

Acredito que a avaliação formativa deve estar diretamente relacionada ao ensino e aprendizagem das crianças. Não somente para apoio da escrita de relatórios descritivos, mas para diagnosticar com precisão os reais motivos que levaram a aprendizagem, proporcionando o redirecionamento de práticas pedagógicas inovadoras. A avaliação escolar foi vista por muito tempo como uma forma de julgamento e comparação. Esse formato foi descaracterizando, porém ainda permeia algumas formas avaliativas. Na Educação Infantil é importante que a avaliação tenha um caráter formativo, uma vez que, compreende o aluno sem comparações ou julgamentos.

Penso que há uma compreensão distorcida das professoras sobre o conceito de avaliação formativa. Isto se evidencia, pelo fato de demonstrarem uma maior preocupação em ter os relatórios avaliativos como um documento para os pais lerem. Em detrimento de concebê-lo como um elemento de reflexão do trabalho pedagógico, direcionado para o alcance da aprendizagem das crianças. É importante que a avaliação seja realizada não como uma obrigação, o que se torna desafiador para o professor. O professor precisa desmistificar uma avaliação que pondera juízo de valores para resultados.

Outra questão observada foi a falta de coerência em alguns momentos, entre os discursos das professoras e a concepção do uso da avaliação formativa, presente no projeto pedagógico da escola. O que se percebeu foi um distanciamento entre o discurso e o que consta no PPP, especialmente quanto ao uso de algumas estratégias e instrumentos avaliativos apontados neste documento, como é o caso do teste da psicogênese. Inclusive, isto é pauta para uma nova pesquisa.

A avaliação formativa deve estar voltada para a melhoria da aprendizagem dos alunos. É importante que o professor compreenda com clareza seu significado, visando mudanças e melhores práticas. A avaliação formativa no trabalho pedagógico do professor auxilia na

formulação e reformulação das atividades propostas em sala. Diferenciar um ato formativo de um ato diagnóstico é um desafio encontrado.

Um desafio na efetivação da avaliação formativa na Educação Infantil está em: considerar as atividades não formais (falas, ações, imposições, gestos etc), que também são formativas e avaliativas, importantes para o processo de ensino aprendizagem. Na Educação Infantil as crianças sempre se revelam, e é importante que o professor se aproprie das avaliações informais, que são indispensáveis para compreender a criança e suas aprendizagens. Entretanto, como disseram as professoras, as salas de aula contam com um número elevado de crianças, o que dificulta considerar essa avaliação informal, assim como as especificidades dos processos de aprendizagem das crianças.

A elaboração de um relatório qualitativo, que abrange todas as especificidades e necessidades da criança é outra contribuição importante. Ainda se destacou a avaliação formativa voltada para desvendar os caminhos da aprendizagem e o crescimento dos alunos. As avaliativas devem se adequar as necessidades dos alunos não buscando a perfeição de relatos, mas de fato a aprendizagem.

Entretanto, um dos aspectos positivos foi perceber na fala das professoras que esta avaliação não se restringe ao espaço da sala de aula. Além disso, o fato de preocuparem-se em ouvir o aluno e ter uma escuta sensível, também pode ser compreendido como uma contribuição da efetivação da avaliação formativa para a aprendizagem das crianças.

Finalizo esta pesquisa, compreendendo que a avaliação formativa vai além de documentos oficiais. É importante para o ensino e aprendizagem, sendo mediadora de todo esse processo. A discussão sobre a avaliação deve estar presente em todas as atividades da escola, assim como a proposta de inovação de práticas avaliativas. Considero ainda importante os cursos de formação continuada nessa área para os profissionais da educação. Cabe aos professores conversar sobre a avaliação, percebendo as necessidades dos alunos e a forma como ela acontecerá.

Ressalto aqui a importância do professor considerar a criança como participativa do processo avaliativo, ela deve ser o centro da aprendizagem. A criança deixa ser percebida a todo tempo, por meio de suas ações e falas. Escutar a criança é conhecê-la melhor, suas percepções e opiniões evidenciam suas necessidades, assim o aluno deve ser integrado a avaliação, na forma como será conduzida em sala de aula. É importante que a escola proporcione a família momentos de interação para melhor compreensão da organização do espaço e da constituição da avaliação escolar.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Após a conclusão dessa etapa que me proporcionou além da aprendizagem o gostar ainda mais deste tema que é a avaliação. Pretendo seguir estudando. Enquanto faço um curso de língua espanhola para ingressar no mestrado, pois almejo fazer a pós-graduação em Educação Infantil e trabalhar na área com aulas de reforço escolar e em sala.

Quero atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental para adquirir conhecimentos diferentes acerca da avaliação, uma vez que pretendo dar continuidade a pesquisa nessa área. Em sala de aula pretendo aplicar os conhecimentos que a Universidade de Brasília me proporcionou por meio desse curso maravilhoso e cheio de surpresas que é a Pedagogia. E realizar com amor, respeito e compromisso o fazer pedagógico, considerando a criança em sua totalidade proporcionando uma aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. B. P. **Educação infantil Discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo. Editora UNESP, 2010.
- BRASIL (1931). **Organização do ensino secundário**. Decreto nº 19.890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.
- BRASIL (1942). **Organização do ensino secundário**. Decreto-Lei nº 4.244. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.
- BRASIL (1961). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – nº 4.024**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 12 de novembro de 2017.
- BRASIL (1971). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – nº 5.692**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 de setembro de 2017.
- BRASIL (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – nº 9.394**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 03 de setembro de 2017.
- BRASIL **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEIs** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 12 de novembro de 2017.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2017.
- BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em movimento**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur_mov/2_educacao_infantil.pdf Acesso em: 13 de setembro de 2017.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo. Editora ARTMED, 2009.
- FRANCO, C. Quais as contribuições da avaliação para as políticas educacionais? In. **Avaliação da Educação Básica**. Rio de Janeiro. Editora PUC, 2014.
- GATTI, B. A. A avaliação Educacional no Brasil: Pontuando uma nova história de ações. In. **Revista EccoS Científica**. n. 1, v. 4, p.17-4, São Paulo. Junho. 2002. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/715/71540102/> Acesso em: 30 de agosto de 2017.
- GATTI, B. A. Avaliação: Contexto, história e perspectivas. In. **Revista olh@res**. v. 2, n. 1, p. 08-26, Guarulhos. Maio, 2014. Disponível em:

<http://www.olhares.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/202> Acesso em: 03 de setembro de 2017.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

GODOY, A, S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n.3, p, 20-29, São Paulo. Mai./Jun. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2009.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação e Educação Infantil** Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre. Editora Mediação, 2015.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliar para promover** As setas do caminho. Porto Alegre. Editora Mediação, 2001.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação MITO & DESAFIO uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre. Editora Mediação, 2010.

HOFFMANN, J. M. L. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre. Editora Mediação, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>

JÚNIOR, M. K Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, Rio de Janeiro Maio/Agosto. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200002 Acesso em: 11 de setembro de 2017.

KLEIN R; FONTANIVE N. S. **AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA**: uma proposta inovadora. Brasília, ano 15, n.66, abr.jun. 1995. Disponível em:<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/995/899>. Acesso em: 25. jun. 2015.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

LUCKESI, C. C. Avaliação **da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais**. In. Revista Científica EccoS. V.4, n.2, p. 79-88. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71540206> Acesso em: 9 de maio de 2017.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar Estudos e Proposições**. São Paulo. Editora Cortez, 2014.

NETO, A. S.; MACIEL, L, S.B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. In. **Revista Educar**. n. 31, p. 169-189, Curitiba. 2008. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/12806> Acesso em: 30. agosto. 2017.

OLIVEIRA M. A. M; ROCHA G. **AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**.

PortoAlegre,RS.simposionov.2007.Dísponívelem:http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/274.pdf. Acesso em: 25. junho. 2015.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil fundamentos e métodos**. São Paulo. Editora Cortez, 2011.

PIBID, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Fundação Capes – Ministério da Educação – MEC. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid> Acesso em: 25 de setembro de 2017.

SORDI, M. R. L. Entendendo as lógicas da avaliação institucional para dar sentido ao contexto interpretativo. In. **Magistério Formação e Trabalho AVALIAÇÃO: POLÍTICAS E PRÁTICAS**. São Paulo. Edição. Editora Papyrus, 2006.

TUTTMAN, M. T. Avaliação educacional O verdadeiro compromisso. In. **Revista Retratos da Escola**. v. 7, n. 12, p. 101-108, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/264/441> Acesso em: 12 de novembro de 2017.

VASCONCELLOS, C. S. **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: PRÁTICAS DE MUDANÇA** Por uma práxis transformadora. São Paulo. Editora Libertad, 1998.

VASCONCELOS, C. S. **Avaliação concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo. Editora Libertad , 2008.

VILLAS BOAS, B. M. F. Avaliação da educação básica Das informações existente ao interior das escolas. In. **Revista Retratos da Escola**. v. 7, n. 12, p. 167-178, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/271/452> Acesso em: 07 de setembro de 2017.

VILLAS BOAS, B. Maria. Freitas. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Campinas São Paulo. Editora Papyrus, 2008.

VILLAS BOAS, B. M. F. Avaliação formativa e formação de professores: Ainda um desafio. In. **Revista Linhas Críticas**. v. 12, n. 22, p. 75-90, jan./jun. 2006. Disponível em: Acesso em: 12 de novembro de 2017.

VILLAS BOAS, B. M.; DIAS. E. T. G. Provinha Brasil e avaliação formativa: um diálogo possível? In. **Revista Educar**. n.1. p. 35-53, Curitiba. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe1/1984-0411-er-1-spe-00035.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.